

EM VÉSPERAS DE UM NOVO GOVERNO

A crise de Governo acaba de ter o seu desenvolvimento natural com a efectivação da demissão do Primeiro-Ministro, prof. Palma Carlos, e dos quatro ministros que o acompanharam na sua decisão e com a exoneração dos restantes a fim de poder ser formado um novo Gabinete.

Por parte das esferas e forças responsáveis existe o propósito comum de formar um novo Governo de coligação, em que continuariam a estar representadas as forças políticas representadas no Governo anterior, incluindo, portanto, o P.C.P. Não é de excluir um primeiro-ministro militar e mesmo eventualmente a entrada de outros militares no Governo.

A crise está em vias de solucionar-se. O principal, agora, mais que a designação de pessoas, será a definição das linhas gerais da política do novo Governo.

Disso dependerá a participação ou não participação do P.C.P.

A situação parece poder considerar-se com certo optimismo. Tudo indica que o Povo Português prosseguirá com sucesso o caminho da democracia e da paz.

COMUNICADO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A CRISE POLÍTICA ACTUAL

Em relação com a crise política actual, o Partido Comunista Português declara o seguinte:

1

A crise actual surgiu em resultado da iniciativa do primeiro-ministro professor Palma Carlos que, sem consultar o Governo, propôs ao Conselho do Estado: a) eleição do Presidente da República no prazo de três meses; b) referendo para aprovação de uma Constituição Provisória com adiamento das eleições para a Assembleia Constituinte até Novembro de 1976; c) amplos poderes ao primeiro-ministro.

Estas propostas, a serem aprovadas, significariam uma alteração radical do Programa do Movimento das Forças Armadas (aprovado como programa do Governo), a liquidação da indispensável colegialidade do Governo de coligação e um retrocesso rápido e grave do processo de democratização.

O primeiro-ministro afirmou que pediria a demissão no caso de não serem aprovadas conjuntamente as suas três propostas.

2

Segundo as próprias afirmações públicas do primeiro-ministro, o Conselho do Estado não aprovou as suas propostas, salvo um certo reforço dos seus poderes, considerado insatisfatório pelo próprio em declarações feitas à Imprensa.

O PCP apoia estas decisões do Conselho de Estado conformes ao Programa e aos objectivos do Movimento das Forças Armadas, aprovado pelas amplas massas populares, a que correspondem também a

objectivos fundamentais das forças democráticas.

3

A remodelação do Governo ou a formação de um novo Governo obriga a uma definição clara de posições. Quando da formação do Governo Provisório, o PCP esteve de acordo em participar no Governo, no quadro de uma ampla coligação política, juntamente com representantes do Partido Socialista, do Movimento Democrático e do Partido Popular Democrático. O PCP continua a considerar um Governo de coligação como o que melhor corresponde aos interesses da democratização da vida política. Embora disposto a considerar outras soluções em conjunto com forças e sectores que apoiam o actual curso da política portuguesa, o PCP está pronto a continuar a participar num Governo de coligação desde que este aplique firmemente o Programa do Movimento das Forças Armadas e seja assegurada a sua colegialidade.

4

O PCP considera indispensável no momento actual uma política de emergência tendo em conta os pontos seguintes:

a) Institucionalização de amplas liberdades e direitos dos cidadãos, assegurando o seu exercício e defendendo firmemente a ordem democrática. Prosseguimento e eficiência das medidas de saneamento. Medidas severas contra as conspirações fascistas e as provocações contra a ordem democrática.

b) Fim da guerra colonial, no respeito efectivo do direito dos povos à

independência. Reactivação das negociações para resolver com urgência a situação de Guiné-Bissau e adiantar rapidamente o processo relativo a Moçambique e Angola.

c) Medidas urgentes para fazer frente à ameaça de uma grave crise económica. Fazer pagar o preço da estabilidade, não só aos trabalhadores, como está sucedendo, mas também aos grandes grupos financeiros. Imediata nacionalização dos bancos emissores, conforme determina o Programa das Forças Armadas e nomeação de delegados do Governo nas instituições de crédito para controlarem com eficiência a sua actividade. Auxílio urgente aos sectores em crise. Medidas de fomento da construção civil. Crédito às pequenas e médias empresas. Medidas severas para impedir a utilização dos instrumentos económicos com o objectivo de criar dificuldades à actual política democrática.

d) Solução dos problemas mais urgentes que afectam a classe trabalhadora e as massas populares. Melhoramento das condições de vida das camadas mais desfavorecidas. Medidas para fazer cumprir os contratos colectivos de trabalho e contra os despedimentos sem justa causa. Política de austeridade em relação às classes camadas com mais elevado nível de vida.

e) Intensificação da acção diplomática, reforçando as relações de amizade e cooperação com outros países, facilitadas pela nova situação portuguesa. Iniciativas visando o rápido desenvolvimento das relações com a URSS e outros países socialistas, designada-

mente as relações económicas, que podem contribuir para a solução de problemas agudos da economia portuguesa.

O PCP considera que estas medidas, indispensáveis para a solução de urgentes problemas económicos, sociais e políticos, devem fazer parte da política a seguir pelo novo Governo.

5

Utilizando calúnias, intrigas, boatos, notícias alarmistas, provocações de puro estilo fascista, a reacção desencadeia uma histórica campanha anticomunista. A reacção agita o «perigo comunista», a «ameaça de uma ditadura totalitária da esquerda», não porque existam tais perigos ou ameaças, mas como pretexto para atentar contra as liberdades.

A esta campanha deve responder-se firmemente que, como os factos demonstram, o perigo vem da direita, vem da reacção e do fascismo.

6

Neste momento de crise, em que se desenham reais perigos para a liberdade, os trabalhadores, as massas populares, os democratas devem reforçar a sua unidade e a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas; intensificar a vigilância contra as conspirações e provocações reaccionárias; expressar a sua determinação em defender e consolidar as liberdades, em afastar para sempre a ameaça do fascismo, em pôr fim à guerra colonial, em conduzir o País a um regime democrático sólido e estável, escolhido pelo próprio povo.

10 de Julho de 1974.

A COMISSÃO POLÍTICA DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



A luta dos trabalhadores contra o desemprego

— entrevista com os membros da comissão dos trabalhadores da Tecnividro

Enquanto aguardamos os membros da Comissão dos trabalhadores da CIMA, a braços com alguns graves problemas somos interpelados por duas pessoas:

— Sois da Redacção do AVANTE?

Confirmamos o facto. — Nós somos da Tecnividro. A comissão dos trabalhadores deseja entregar-vos um comunicado do pessoal para ser publicado no AVANTE! Aguardai um momento. Ela está a chegar.

E na realidade assim foi. Um aperto de mão. Uma saudação fraternal e a entrevista começa.

— Quais são os objectivos fundamentais da vossa luta no presente momento?

— Os objectivos fundamentais são acabar com as actividades fascistas de um dos administradores, o sr. Rui Campos. A luta começou por uma situação que existia dentro da firma provocada pelos despedimentos em massa sem justa causa. O ambiente de trabalho era perturbado por esse facto. Havia pessoas despedidas sem saberem porque. Havia outras que se despediam exactamente por esse clima de instabilidade em que vivíamos.

Nós resolvemos acabar com essa situação. Fizemos uma assembleia geral em 28 de Junho. Tenho aqui a acta.

— Com a participação de todo o pessoal?

— Sim, com a participação de todo o pessoal, de todos os trabalhadores. Fizemos outra no dia 2 de Julho. E outra na passada sexta-feira.

— Qual foi o objectivo dessas assembleias?

— Pretendíamos que, na primeira assembleia, a administração reconhecesse esta comissão de trabalhadores que foi eleita, que ouvisse esta comissão nos pontos fundamentais que estão na acta.

E de assinalar que as nossas reivindicações não são de carácter económico. Pretendíamos encontrar estabilidade na empresa naqueles aspectos em que não nos sentíamos seguros, como é fácil de calcular.

— Mas não têm problemas económicos neste momento?

— Não consideramos oportuno colocá-los. De resto, num ponto da nossa acta afirmamos: «A comissão administrativa deverá estudar um caderno reivindicativo a apresentar à Assembleia, para ser posto em prática logo que as condições económicas da TECNIVIDRO o possibilitarem.»

As nossas reivindicações são neste momento sobre questões administrativas. Depois da assembleia geral do dia 28, a Administração imediatamente reconheceu a comissão, concordou com os nossos pontos de vista, achou inclusivamente que era uma coisa bem feita.

Na segunda-feira seguinte tivemos uma primeira reunião com os administradores, foram discutidos aspectos da reintegração das pessoas que tinham sido despedidas, um deles foi realmente reintegrado.

— E as outras pessoas?

— As outras pessoas ficaram todas, porque ninguém foi despedido.

— Mas quantas tinha o administrador Rui Campos despedido?

— Concretamente — esclarece um outro membro da comissão — tinham sido despedidos o chefe de vendas, dois vendedores, duas dactilógrafas e para se despedirem, por vontade própria, embora as razões fossem as mesmas, um mecanógrafo e um servente. Mas depois dessa reunião o chefe de vendas foi readmitido, os vendedores e dactilógrafas não saíram, o mecanógrafo ficou. Só o servente se foi embora porque ia ganhar mais.

— Podemos dizer que foi a vossa luta e a vossa unidade que conseguiu obter esses resultados positivos?

— Sim. Sem dúvida; as coisas foram até muito mais

longe, isto é, até à análise da situação respeitante a outros despedimentos registados desde Janeiro de 1974, para ver as possibilidades de reivindicação.

— Mas na passada sexta-feira — esclarece ainda um outro membro da Comissão — depois de tudo isto ter sido aceite, foi-nos comunicada que a administração não reconhecia a actual comissão dos trabalhadores. A assembleia do pessoal exigiu uma resposta pronta da administração no sentido de que fosse reconhecida a comissão e anulada a decisão. A administração recusou-se a receber a comissão dos trabalhadores e um dos nossos colegas foi destituído do seu cargo. Vieram novas ameaças de destituição da parte do sr. Rui Campos contra mais três companheiros, acusados de serem «políticos».

Em consequência desta situação foi decidido ocupar as instalações da empresa, continuando a laboração desta, até que seja nomeada uma nova administração aceite pelos trabalhadores.

Já não podíamos andar para trás; tivemos de ir para a frente com o nosso movimento.

A comissão dos trabalhadores da TECNIVIDRO entregou à reportagem do AVANTE! um comunicado, no qual se explica a situação actual e as razões que a determinaram, e se desmarcaram as manobras da administração encabeçada por Rui Campos. Nesse comunicado alertava-se o Governo Provisório e a Junta de Salvação Nacional e apelava para os trabalhadores e as forças democráticas a fim de apoiarem as justas reivindicações dos trabalhadores desta empresa.

Os técnicos enquanto cidadãos e trabalhadores

ENTRE O DESEJÁVEL, JÁ E O POSSÍVEL, AGORA

N O momento em que o povo português está a construir uma vida democrática, pela acção conjugada (e complementar) das massas trabalhadoras, dos partidos políticos de esquerda, dos democratas em geral e do Movimento das Forças Armadas — há que colocar, numa balança na hora das decisões, dois pesos: o desejável, e já, num dos pratos; o possível, agora, no outro prato.

No campo das decisões económicas a que tremos referir-nos os técnicos (economistas, engenheiros, arquitectos, especialistas e técnicos) dos mais diversos sectores, como trabalhadores e como cidadãos, assim também terão que proceder.

Em razão, por vezes, das suas bases ideológicas, e outras vezes só da sua visão real e conhecedora dos mecanismos económicos em regime capitalista, os técnicos sabem que o caminho da democracia política é paralelo ao caminho da democracia económica. Isto é: que a democracia é indivisível. Eles sabem que medidas radicais poderão tornar progressivamente tangenciais os diversos caminhos da democracia.

Para muitos está, já, assente que só o regime socialista fará coincidir, tais caminhos emprestando ao conceito de democracia todo o seu significado e toda a sua amplitude. De que muitos técnicos (os honestos, os democratas, e os não comprometidos) sabem isto, ou que rapidamente o reconhecerão, não temos dúvidas. O que não parece sempre evidente é que avaliem justamente o peso que no outro prato da balança das decisões deve servir de equilíbrio ao desejável, e já: e esse peso chama-se o possível, agora.

COMPREENDER O ESSENCIAL

Os técnicos estão por vezes afastados do contacto directo com a realidade. E um dos aspectos dessa realidade é a presença ainda potente das classes monopolistas e financeiras, nacionais e estrangeiras, opostas, pela sua natu-

reza de classe, ao processo revolucionário do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Possivelmente, por isso caem no erro político de substituir tais forças. E isso influencia negativamente a possibilidade prática de aplicação imediata de certos planos e soluções, muitas vezes tecnicamente válidas e quase sempre procuradas com entusiasmo, que eles equacionam para que o País ultrapasse e vença a pesada herança económica que o fascismo deixou.

O mesmo erro de subestimação das forças reaccionárias se encontra noutros sectores também não directamente ligados ao mecanismo da produção. Mesmo dentro da classe operária, pontos de vista idênticos aparecem. Mas justo e indispensável, e repetir o que aos olhos de todos está à vista: pela sua inserção nos mecanismos produtivos, de que é a mola real, a esmagadora maioria da classe operária compreende o essencial. Primeiro que estão criadas condições para profundas transformações na sociedade portuguesa. Segundo — que o regime capitalista em que se vive e os seus principais beneficiários têm ainda fortes apólos. A reacção, no seu conjunto, pode, por conseguinte, se se pretender andar cegamente em frente na luta contra o seu poderio e as suas injustas prerrogativas, por em perigo a consolidação da situação a necessidade de melhorar, e não agravar a situação económica geral do País, a possibilidade de dominar os preços e de assegurar o emprego, a institucionalização das liberdades fundamentais que se conquistaram de facto, e

um decisivo avanço noutro problema capital de Portugal na hora presente: a questão colonial.

Mas porque em política não se deve seguir o lema do «tudo ou nada», e porque as forças democráticas e a classe operária têm uma evidente influência na aplicação estrita e na evolução dos princípios gerados que norteiam o Movimento das Forças Armadas, são de registar já certas medidas que actuam sobre o poderio e as escandalosas prerrogativas dos grupos capitalistas. Dirão alguns que tais medidas ficam aquém do desejável. De acordo. Mas foram as possíveis na difícil conjugação de forças existentes. E são medidas que, apesar dos seus limites, podem permitir a consolidação da situação, consolidação essa que tornará possível o desenvolvimento do processo de alterações de fundo na vida política, económica e social de Portugal.

DADOS ESSENCIAIS

Outros dirão que tais medidas vão, em certa medida, a favor dos interesses da grande burguesia monopolista. Com esses estamos em desacordo. E parece-nos até que ignoram dados essenciais do problema. Vejamos um caso concreto: a participação do Estado nalguns sectores básicos da economia. Repetimos, e nisso estamos de acordo: não é a nós, comunistas, desejável. E vamos mesmo mais longe que os críticos: o povo português não devia pagar, através do Estado aquilo que lhe foi arrancado com salários de fome, com repressão, com os mais variados e desumanos sacrifícios e que faz hoje o poderio dos grupos capitalistas e financeiros domésticos e do estrangeiro. Mas se actualmente não pode ser de outra forma, e se tais medidas não são anuladas como favorecem outras a longo prazo — são elas, e por isso, indesejáveis? Seria não ter em conta que tais

Os operários da ITT (semicondutores e standard) denunciam as condições de trabalho

O Avante! esteve em contacto com os operários da ITT — semicondutores e da Standard Elétrica. Dialogou sobre as condições dos sectores de trabalho e com um grupo de trabalhadores sobre os cadernos reivindicativos, que denunciaram as manobras de Carvalho Fernandes.

As condições de trabalho de três operários, uma retocadora de componentes ou soldadora de componentes e uma afinadora de relés, são exemplos iguais aos dos milhares de operários da empresa. Procuramos manter a sua linguagem, que no nosso entender, melhor reflecte as condições em que as próprias operárias trabalham:

Afinadora de relés — «O que nos causa maior preocupação é o desgaste visual. Queremos descansar 20 minutos em cada duas horas de trabalho, direito esse que ainda não nos foi concedido, visto esperarmos uma equipa de cinco médicos que vá verificar se necessitamos de descanso ou não.»

Centenas de operários usam óculos.

Dezenas de jovens destroem neste trabalho, aceleradamente, as suas possibilidades de uma visão normal. Ano após ano, os despedimentos atiram operárias para a semicueira e inutilidade, em fábricas deste sector.

«Outro inconveniente deste trabalho que requer tanta atenção é o ruído existente na fábrica. É um trabalho feito contra a luz o que nos provoca ao fim do dia uma difícil adaptação à luminosidade exterior. Difícilmente me poderia adaptar a outro trabalho, tão especializado ele é e de tal modo que determina o meu modo de viver na empresa.»

Soldadora de componentes — Uma colega fala-me das condições da operária que faz esse trabalho.

«O trabalho dela é soldar, e os seus grandes inconvenientes são o calor da tina (360º) e nove horas de trabalho sempre de pé, com um único período de descanso, de 40 minutos para o almoço. Tem as pernas cheias de varizes.»

A operária está de pé todo o dia junto da tina. Tem 30 anos. O calor quando nos aproximamos é infernal. A jovem sua todo o dia. As tonturas e a falta de des-

canso dão-lhe uma máscara de rotina e de tortura física. «Entre as 11 e as 16 horas, torna-se quase impossível trabalhar, devido ao excesso de calor o que é aumentado pelo vapor da tina. Há o perigo constante de queimaduras.»

Retocadora de componentes — «Tenho 22 anos e trabalho na empresa desde os 14. Como o edifício não tem condições de iluminação nem tenho intervalos para descansar, tenho já dois pares de óculos, um deles muito forte para trabalhar. Há cerca de 150 operárias a trabalhar em más condições visuais em toda a fábrica. Dentro da secção de TV somos cerca de 320 operárias.»

Noutra conversa com os trabalhadores procuramos obter informações sobre a evolução do caderno reivindicativo, do pessoal da ITT — semicondutores e Standard Elétrica S. A. R. L. empresas situadas em S. Gabriel — Cascais.

Os trabalhadores em síntese expressaram ao Avante!, os seguintes factos sobre o processo do caderno.

Após os operários e restantes trabalhadores dos semicondutores e da Standard Elétrica, fábricas da Multinacional ITT, iniciaram em Maio do corrente ano um processo reivindicativo, que respeitava basicamente a saneamento, questões de carácter social e assistencial, nomeadamente a concessão de um mês de férias, subsidiadas a 100 por cento e 15 dias de vencimento, como subsídio de Páscoa com abolição das gratificações.

Desde o início, a administração da empresa tentou desviar a luta dos trabalhadores, servindo-se dos meios mais diversos, desde a ameaça de encerramento, até a tentativa de diálogo AMENO para convencer os trabalhadores DAS ENORMES DIFICULDADES da empresa com a aplicação do novo C. C. T. (Contrato estabelecido antes de 25 de Abril, mas até essa data CONGELADO no Ministério

respectivo). Só a pressão dos trabalhadores o fez entrar em vigor.

De salientar que o principal administrador é o sr. Carvalho Fernandes, pessoa altamente comprometida com o regime fascista derrubado (chegou a ser secretário da Indústria no tempo de Salazar). Este senhor é ainda membro dos C. A. das várias empresas perenecentes à ITT em Portugal (Standard Elétrica, Sheraton, Oliva, etc.).

Um dos argumentos de que se serviu este senhor para responder negativamente às reivindicações dos trabalhadores FOI DE QUE TEMIA QUE A CONCESSÃO DE ALGUMAS REGALIAS (nomeadamente o caso de um mês de férias subsidiadas a 100 por cento e subsídio de Páscoa) FOSSE CONSIDERADA MEDIDA DE SABOTAGEM ECONÓMICA.

Perante isto a Comissão de Trabalhadores dirigiu-se ao Ministério de Trabalho onde expuseram a questão, tendo obtido deste o parecer de que a regalia em questão estava já generalizada em muitas empresas do País (refere-se a um mês de férias subsidiada a 100 por cento) e que A SUA CONCESSÃO NÃO PODIA, NEM DEVERIA SER CONSIDERADA SABOTAGEM ECONÓMICA. Perante tal parecer o senhor Carvalho Fernandes não se sentiu satisfeito, pois muito diferente era o objectivo que visava.

As manobras de Carvalho Fernandes

Depois disso, Carvalho Fernandes enviou ao Ministério de Trabalho um memorando em que dizia «o poder conceder, as regalias em questão, se o Ministério desse instruções nesse sentido».

Ora o que pretendia o sr. administrador? Simplesmente isto! Que o Ministério fizesse tal recomendação para essa vir a ser usada como arma para tentar obter facilidades de exportação (subsídios) e outras (ainda mais!!!!) incitando,

por outro lado as outras empresas do ramo electrónico contra o Ministério de Trabalho, por haver recomendado tais benefícios especiais a uma empresa (neste caso a ITT). Isto é, a manobra visava provocar diversos pontos de tensão e este é sem dúvida um método de actuação típico da multinacional ITT.

Mas o Ministério de Trabalho não caiu na ratoeira. Respondeu lembrando a legislação existente sobre o aumento, que diz aproximadamente que depois de concedidas as regalias, estas serão comunicadas ao Ministério de Trabalho que as apreciará então, rejeitando, ou não, consoante seja caso disso.

Após um mês de enganação e impetuosas conversações com a administração, os trabalhadores reagiram concentrando-se a totalidade (cerca de 3600) em frente do edifício da administração e exigir a presença do já falecido Carvalho Fernandes.

A reacção à sua chegada foi de repulsa e só com dificuldades conseguiu TEGER A SUA HISTÓRIA DE CORDEL. Enveredou uma vez mais pela via da manobra de diversão, não respondendo concretamente a nenhuma reivindicação dos trabalhadores. Tentou HISTORIAR a vida da empresa desde a INFÂNCIA. Aqui alguns, em aparte, perguntavam se já havia lágrimas, o que provocou riso geral.

Terminou dizendo da impossibilidade económica da empresa satisfazer as reivindicações. Aqui alguns trabalhadores perguntaram, porque não eram reduzidos os exorbitantes vencimentos dos administradores e dispensadas as luxuosas viaturas que utilizam? O que ficou sem resposta, como era de esperar.

As verdades ferem e nesta altura o sr. Carvalho Fernandes retirou-se, com a sua comitiva.

A expectativa mantém-se e muito possivelmente novas formas e luta se seguirão.



Na C. I. M. do Cacém os operários não podem cruzar os braços

Na segunda-feira, dia 8 de Junho, o administrador da CIM, Neves da Silva, mandou afixar uma nova ordem: mais 31 operários despedidos, a juntar aos 10 que já havia posto na rua, dias antes.

Faltavam cinco minutos para as seis. Muitos dos operários nem deram pela medida que os atingia.

A CIM é uma unidade industrial de fabricação de guias, ali no Cacém. O principal accionista afirma agora, para explicar a vaga de despedimentos — a que já provocou e a que tem na forja — que a fábrica está em crise, que carece de mercados, que não pode manter todo o pessoal.

Os anéis da cadeia da conspiração reaccionária pretendem alongar-se, imaginando que os trabalhadores não têm forma de lhe tolher a acção.

Mas o administrador da CIM tem outras fontes de receita. Tem ao todo quatro empresas: a PIRRA, em Castelo Branco, a COMAFER em Lisboa, uma outra em Estremoz e a CIM do Cacém.

Em Maio recrutou trabalhadores. Em Junho começou

a despedi-los metodicamente. Friamente. Com um plano gilizado. Entre os primeiros figuram membros da comissão dos trabalhadores. Neves da Silva não quer investir capital. Não quer dar trabalho aos seus operários. Pensa que estes se alimentarão de promessas.

Os operários lutam

Não lhes resta outro caminho. Lutam unidos, condição indispensável para saírem da situação difícil em que se encontram. Hoje uns, amanhã outros.

Logo que os primeiros despedimentos se registaram os trabalhadores iniciaram a luta. Dirigiram-se ao sindicato, estabeleceram piquetes na fábrica, durante a noite, para evitarem actos de sabotagem.

Na terça-feira passada reuniram-se na empresa para analisar os últimos despedimentos e tomarem medidas apropriadas. Resolveram iniciar uma paralisação de protesto. Depois dirigiram-se à Junta de Salvação Nacional os 26 membros da Comissão. Estiveram no Ministério do

Trabalho, onde fizeram propostas concretas para a solução do conflito. Neves da Silva compareceu à reunião, mas não se moveu dos seus propósitos. O seu plano é despedir 100 operários. Começou por 10. Quantos mais irá despedir?

Os trabalhadores, os representantes do Ministério do Trabalho não estão dispostos a consentir que o administrador da CIM concretize os seus sinistros projectos de reduzir à miséria o pessoal da empresa.

A luta vai continuar. Deve continuar. E deve continuar em unidade como até aqui. Hoje o desemprego é uma nova arma do patronato reaccionário, dos conspiradores fascistas, para impor o seu odiado regime, a exploração sem freio, a arbitrariedade, a violência, a lei do terror nas empresas e nos campos.

Se não forem os trabalhadores a lutarem contra esta nova ofensiva quem o poderá fazer por eles?

«A emancipação dos trabalhadores» — escreveram Marx e Engels no Manifesto Comunista — há-de ser obra dos próprios trabalhadores.

O Programa do PCP está à venda nas livrarias e tabacarias

Os Trabalhadores dos CTT e nosso Partido

Sem comentários, transcrevemos o texto de uma declaração que nos foi enviada por um grupo de trabalhadores dos CTT de Lisboa.

«Um grupo de trabalhadores democratas dos CTT de Lisboa declara publicamente serem abusivas todas as manifestações de antipatia e de ataque ao PCP feitas em seu nome por elementos comprometidos com o antigo regime fascista, muitos deles ocupando ainda lugares-chaves dentro da Empresa CTT.

«Muitos de nós declaramo-nos adeptos ou simpatizantes (alguns até militantes) com o programa do PCP, com o qual nos identificamos, dando-lhe o nosso incondicional apoio.

«Pelo PCP! Por Portugal livre!»

«Queremos justiça!»

Também de um grupo de trabalhadores recebemos a seguinte nota: «Um grupo de trabalhadores democráticos dos CTT de Lisboa vem veemente e publicamente protestar contra a ausência de responsabilidades judiciais de que foram beneficiados altos funcionários desta Empresa, afastados dos seus altos cargos não só pelas suas conhecidas e comprometedoras ligações com o regime fascista depositado, como pelas graves irregularidades verificadas em inquérito realizado oportunamente.

«Os modestos trabalhadores dos CTT não podem ficar indiferentes a tão importante falta de justiça social, tanto mais que têm sido vítimas de pesadas penalidades disciplinares e até judiciais em questões de mínima gravidade em confronto com os actos praticados pelos citados altos funcionários, os quais, presentemente, se encontram «desempregados» e a gozar dos «seus» rendimentos.

«Queremos que sejam pedidas responsabilidades. Queremos que seja feita a justiça que for devida. Queremos o saneamento de muitos elementos fascistas que ainda permanecem nos seus elevados cargos desta Empresa. Queremos um Portugal verdadeiramente livre e melhor para todos.»



Alhos Vedros

Unidade e solidariedade entre as operárias

Fui suspensa já depois das seis e meia. Disseram-me no escritório e eu respondi que não aceitava, porque não havia razão. E quando saí do escritório pensei que estava só. A única coisa que me emocionou e que me deu vontade de chorar, foi quando encontrei as minhas colegas à minha espera — contou ao «Avante!», definindo afinal o conteúdo da solidariedade operária, a operária Maria Custódia Iria, que, suspensa da Fábrica de Têxteis Gracinda Flores, em Alhos Vedros, deu origem a um importante movimento de solidariedade, que demonstra a grande unidade entre as operárias de Alhos Vedros, capaz de impedir o despedimento de uma trabalhadora e ainda suficientemente forte para exigir a expulsão de uma encarregada que actuava

quase desumanamente, em relação às outras operárias.

Na Gracinda Flores nasce a solidariedade

A maioria da população que trabalha em Alhos Vedros é constituída por mulheres operárias, principalmente nos têxteis e confecções. As maiores fábricas de confecções de Alhos Vedros são suecas, e fabricam, unicamente para a exportação, utilizando mão-de-obra barata, feminina e de menores, com baixos salários e grande produtividade horária. Existem outras empresas de capital estrangeiro, nomeadamente holandesas e inglesas, como é o caso da Raf Budd, que fabrica confecções de malha com operárias nas suas próprias casas.

A Fábrica Gracinda Flores, onde se iniciou o movimento

de solidariedade operária, é uma fábrica com 200 jovens, na sua maioria menores, onde a explosão de trabalho juvenil assume aspectos de desigualdade flagrante: duas operárias, uma de 18 e outra de 16 anos, executando o mesmo trabalho, as duas com 18 meses de trabalho na empresa, com salários diferentes: a mais nova ganha 62 escudos por dia e a mais velha 80 escudos.

Fui suspensa e as colegas disseram logo que me queiriam ao serviço. Eu compareci na manhã seguinte e elas também, mas ninguém trabalhou até que eu fosse readmitida e a encarregada que mentira fosse para a rua. Vieram então dois elementos do Sindicato que nos apoiaram, tendo o patrão despedido a encarregada — conta-nos a operária suspensa.

As «feitoras» da Montreuil

O movimento de solidariedade contra os despedimentos nesta empresa, abriu perspectivas para outras fábricas de Alhos Vedros, onde existem situações muito graves. Os despedimentos, tem sido acentuados com o facto de muitas fábricas estarem a trabalhar, somente três dias por semana (por exemplo a Monte Real). Esta empresa, ao mesmo tempo que despede, aumenta o trabalho das «feitoras» nas suas casas, uma forma de exploração operária, mais própria do século XIX que do século XX.

Antes deste caso da operária da Gracinda tinham despedido oito costureiras uma delas grávida. Para nós as costureiras, o problema mais grave deste momento depois das fábricas a meio-tempo é o dos despedimentos. As empresas estavam habituadas a baixos salários e a discriminações salariais. Agora ameaçam que se vão embora, para outra zona onde sejam dadas as facilidades que o fascismo dava ao capital — conta-nos outra operária.

As operárias ganharam consciência da sua força e da sua capacidade de luta contra os despedimentos quando unidas. Na fábrica Monte Real, a agudização destes problemas é ainda maior: Eu sou operária de 2.ª e te-

nho já quase quatro anos de casa. Roubaram-me a categoria e deram-me um papel branco para assinar. Disseram-me que aquilo não tinha mal nenhum. Puseram a categoria que entenderam. Foi praticante durante três anos. Ao princípio da casa assinei um papel em branco e fiquei sem 15 dias de férias.

A ignorância de um largo sector da classe operária era um pretexto para a exploração sobre todas as formas. Agora as costureiras descobriram a unidade e a solidariedade e fazem do «Avante!» o seu jornal, um centro de debate e de denúncia das manobras dos empresários menos escrupulosos.

Antes de sexta-feira só tínhamos meia hora para o almoço. A outra «meia-hora», fomos nós que a conquistámos já depois do 25 de Abril. Mas ainda há outras injustiças. Vela que ganhamos ao mês, mas, se faltarmos um dia, perdemos os domingos todos — conta-nos ainda uma operária da Monte Real.

Na GEFA — Confecções: descontentamento

Em Alhos Vedros, o «Avante!» visitou ainda a Fábrica Corticeira Ibérica, onde fomos acolhidos com fraternal camaradagem e onde iniciámos um contacto com os corticeiros que se organizam actualmente em comissões de fábrica.

Na GEFA-Confecções, as operárias em conjunto expuseram do patronato, o que origina, por exemplo, que não paguem o bônus às operárias que falem pelo menos sem pedir autorização à gerência. Notámos também um grande descontentamento entre as costureiras em relação ao problema das férias, pois, segundo nos disseram, corria na fábrica que a administração estaria a pensar dar este ano apenas entre quatro e oito dias de férias.

O «Avante!», viveu, no seio de trabalhadoras de Alhos Vedros, uma bela experiência de diálogo.

Montemor-o-Novo

Grande actividade dos trabalhadores

No passado dia 4 — informam correspondentes do «Avante!» — cerca de 200 trabalhadores de Montemor reuniram-se no Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas para discutir o problema da assistência, um dos mais graves que os afectam. Esteve presente o presidente da Junta Central das Casas do Povo.

Baseando-se em casos concretos, os trabalhadores fizeram uma cerrada denúncia da péssima assistência que lhes é prestada. Foi criticada a falta de médicos, casos de médicos que se portam indecorosamente com os trabalhadores e suas famílias, a falta de postos clínicos em condições, etc. Abordada, também, foi a situação dos trabalhadores idosos que, não podendo trabalhar mais e sem terem quaisquer meios de sobrevivência, recebem reformas de miséria. Foram reivindicadas e sugeridas medidas urgentes para melhorar a assistência aos trabalhadores do campo.

Realizou-se, também, a semana passada, em Montemor, uma reunião sindical de trabalhadores da construção civil, que debateu o problema dos despedimentos. Foi constituída uma comissão de trabalhadores.

São ainda correspondentes do «Avante!» em Montemor a informar que, no Cortiço, sob a direcção da Comissão de Mulheres de Montemor, se realizou uma importante reunião com cerca de 200 mulheres. Foram debatidos importantes problemas locais — água, luz, posto médico e outros. Foi constituída uma comissão de mulheres.

Por iniciativa também da Comissão de Mulheres de Montemor-o-Novo realizou-se igualmente, nas Fazendas (Fidalga), uma reunião com cerca de 200 mulheres. Houve debate em torno dos problemas da mulher trabalhadora e foi criada uma comissão que se vai debruçar sobre problemas concretos.

Urge legislar contra os despedimentos

Tende a agravar-se, diariamente, a situação criada aos trabalhadores pelos adiamentos na promulgação das leis anunciadas pelo Decreto n.º 217/74, de 27 de Maio findo.

O Governo publicará — citamos o n.º 3 do art.º 6.º daquele Decreto — no prazo de 30 dias, legislação adequada sobre organizações sindicais de trabalhadores e associações patronais, bem como legislação que regulamente a greve, o «lock-out» e as relações colectivas de trabalho.

Essa legislação ainda não foi publicada e com a crise governamental desta semana, recusa-se que o prazo para a sua entrada em vigor, adiado, pela segunda vez, até ao fim de Julho em curso, venha a ser novamente prorrogado.

Ora, a situação não é de molde a permitir sucessivas prorrogações. Folheando os boletins do Ministério do Trabalho, publicados entre 8 de Junho e 3 de Julho do ano corrente (n.º 21 a 25) verifica-se que foram homologados, nesse período, pelo ministro do Trabalho, Avelino Gonçalves, 22 convenções colectivas, excluindo desse total as portarias de alargamento de âmbito dos CTT já em vigor.

É quase uma Convenção assinada por dia útil, em ramos de actividade tão importantes como a construção civil, os caixeiros, metalúrgicos, Telefones de Lisboa e Porto, escritórios, etc. Todas essas Convenções, mais as celebradas com os trabalhadores agrícolas, em variadíssimas regiões do Alentejo, foram negociadas directamente entre o patronato e os trabalhadores, representados pelos seus sindicatos ou por comissões eleitas para esse efeito pelos interessados.

É notório, porém, que a falta de uma lei sindical se faz sentir cada vez mais, pois não só deixa sem base legal o apoio técnico que o Ministério do Trabalho vem prestando às negociações directas, como prejudica toda a actividade sindical.

Os resultados dessas negociações, com apoio técnico daquele Ministério (por cujo total se pode fazer uma ideia do elevadíssimo número de reuniões entre trabalhadores e destes com o patro-

nato) têm sido francamente positivas, tendo em conta o contexto transitório em que se desenvolvem.

Mas, apesar de toda essa actividade, de todas essas convenções em vigor, os trabalhadores têm vindo a enfrentar uma vaga de despedimentos que tende a aumentar. Assim, na ausência de legislação que lhes ponha cobro, só o protesto tenaz e unitário, só a maturidade política dos operários e empregados, com o apoio dos seus dirigentes sindicais livremente eleitos, pode conter o patronato, que desrespeita, inclusive, convenções de trabalho recentemente assinadas, como sucedeu, nos últimos dias, com vários trabalhadores agrícolas do Distrito de Évora, despedidos por terem participado numa greve.

Há, portanto, que pôr em vigor

legislação adequada à defesa dos direitos dos trabalhadores, que os apoie nas suas lutas contra as arbitrariedades do patronato, que regulamente o «lock-out» e a greve, que dê apoio às reivindicações e evite os movimentos desencadeados sem uma análise atenta das realidades e sem que estejam esgotadas todas as possibilidades de negociação.

Entretanto, o nosso Partido, tomando posição contra os despedimentos, alerta a classe operária e todos os trabalhadores contra essa atitude do patronato, não aceitando no sentido de não aceitar os despedimentos, realizar reuniões, informar o MFA e o Governo Provisório para pôr fim à situação de desemprego para a qual os trabalhadores estão a ser lançados.

Quantias recebidas de amigos do Partido

Na impossibilidade de publicarmos no «Avante!» as listas de donativos recebidos dos amigos do Partido, iremos publicar em breve uma separata em folheto das diversas quantias recebidas.

Essas separatas serão enviadas para os centros de trabalho do Partido onde poderão ser reclamadas para efeitos de «controlo» das entregas.

Na Covina

O saneamento de um chefe fez aumentar a produção

«O saneamento de um chefe de secção da Covina fez aumentar a produção num sector onde os trabalhadores eram acusados de não quererem dar produtividade suficiente à empresa», esta foi uma das informações prestadas pelos trabalhadores comunistas da Covina, ao camarada Carlos Brito, da DORL, e

membro do Comité Central do PCP que com o camarada Mário de Carvalho, da DORL e o repórter do «Avante!» estiveram numa sessão de esclarecimento político no centro social da empresa.

Os trabalhadores comunistas da Covina salientaram o momento histórico que se vivia, com a presença no Centro Social, pela primeira vez, de um camarada do Comité Central do PCP. A guerra colonial, a posição do PCP em relação aos monopólios e ao saneamento, a análise da greve de 1969, com as suas vitórias e os seus erros, permitiram aos camaradas, fazer o ponto sobre o momento político e a forma como ele era vivido na Covina.

O entusiasmo dos trabalhadores que estão a aderir ao PCP em massa, foi salientado nas suas intervenções pelo camarada Carlos Brito que enunciou o conjunto de problemas políticos que se deparam no actual momento às forças antifascistas. «Os trabalhadores da Covina tiveram um papel destacado na luta contra os monopólios durante o fascismo», frisou o camarada Carlos Brito, ao fazer a história das lutas operárias de 1969 a 1973 e o seu papel na criação de condições para o derrube do fascismo em Portugal.

Primeiro número do «Jovem Trabalhador»

Com alegria saudamos o aparecimento do primeiro número do «JOVEM TRABALHADOR» — órgão do Movimento da Juventude Trabalhadora.

Objectivos que se propõe alcançar este jornal, que ontem, pela primeira vez, apareceu nas mãos dos jovens trabalhadores, nas ruas, nas fábricas, nos campos. A sua editorial indica-os:

«Ao «JOVEM TRABALHADOR» compete reflectir, incentivar e impulsionar a organização e mobilização da juventude, nas fábricas, nas empresas, nos campos, em todos os locais de trabalho e de concentração da juventude, nas escolas nocturnas, defendendo e apoiando firme e decididamente as reivindicações, os interesses, as lutas da juventude trabalhadora. Será ao mesmo tempo um elo de ligação entre todos nós, procurando fomentar a prática de uma actividade cultural, desportiva, recreativa e de convívio, informando e apoiando as nossas realizações, reforçando os laços de amizade e de solidariedade que nos unem.»

A coragem, a abnegação, o estrito consequente e o entusiasmo de que tem dado provas a juventude trabalhadora, quer nos duros anos do fascismo, quer depois do 25 de Abril, consolidando e desenvolvendo um amplo Movimento da Juventude Trabalhadora, são sólida garantia de que esses objectivos serão alcançados.

«Avante!» saúda a com a maior alegria o aparecimento de mais esta arma de luta da juventude trabalhadora.

Com as operárias da Cambournac

Uma vitória nascida da unidade

Eram três horas da tarde. O turno terminou. Diante do estreito arco que dá acesso à fábrica esperámos o pessoal que descia. Mulheres, jovens operárias. Poucos homens. O cheiro agudo sobre do riocho que transporta os resíduos da fábrica. Cheiro que empestia o ambiente um dia inteiro.

— Somos do «Avante!», do órgão central do PCP. Desejamos fazer uma entrevista convosco. Mas queremos explicar-vos por que estamos aqui. O nosso jornal é um jornal da classe operária, que durante mais de trinta anos se publicou ininterruptamente na clandestinidade apesar da existência do fascismo. Foi sempre eco das aspirações e dos problemas dos trabalhadores. Temos conhecimento da luta que se desenvolveu aqui na Cambournac e tínhamos interesse em saber quais são neste momento as vossas reivindicações.

— Nós a primeira coisa que queremos é que não houvesse despedimentos. Foi para lutar contra os despedimentos que houve a luta na quinta-feira. Os patrões tentaram despedir algumas empregadas. Nós não queríamos.

— Mas quantos eram?

— Eram três, mas havia uma lista para muitos mais. Nós lutamos por esses três e por mais alguns que fossem atrás desses.

— Mas esse assunto foi resolvido definitivamente ou há ainda ameaças de despedimentos?

— Não. Acho que os patrões não despedirão mais.

Passa um carro. Buzina. Deslocamo-nos para a beira da estrada. A nossa volta aperta-se o cerco. Chegam outras operárias que atravessam a ponte sobre o riocho de águas sujas. Aumenta o grupo. Explicamos de novo quem somos, que jornal representamos, quantos sacrifícios e tenacidade exigiu a sua publicação clandestina.

— O PCP esteve, está e estará com os trabalhadores, com as suas lutas e as suas justas aspirações. O Partido Comunista conduziu antes do 25 de Abril inúmeras greves. Continua a conduzir e apoiar as lutas e as greves dos trabalhadores. Mas nós sabemos que o patronato reacçãoário, que elementos provocadores procuram lançar os trabalhadores

em greve para provocar uma situação que favoreça a actividade das forças contra-revolucionárias, que crie o caos económico. Mas não quer dizer que os trabalhadores não tenham o direito e não devam fazer greve. Importa saber quando e como se faz uma greve nas condições actuais, para que se não sirva de instrumento à reacção e ao fascismo.

— A nossa aqui foi justa. Sabemos que há indivíduos que manobram. São os fascistas e outras camadas de bandidos que andaram a roubar-nos durante tantos anos.

— Que outras reivindicações tendes a apresentar? — perguntámos. A pergunta estabeleceu discussão. Fala-se da acção do sindicato, que esteve com as trabalhadoras na sua justa luta. Levantou-se a questão das condições de trabalho, da diferença de salários. Uma jovem operária avança para dizer:

— Enquanto uma está ao meu lado e ganha por exemplo quatro contos ou ganho três. As máquinas são iguais, nós devemos ganhar a mesma coisa porque fazemos o mesmo trabalho. Isto não está certo.

Tocámos um problema nevrálgico: o da desigualdade de salários. Uma outra operária jovem acrescenta, apontando uma companheira:

— Esta está cá há mais de um ano... Estás há quanto tempo?

— Há dois.

— Eu estou há um ano. Ao fim de um mês eu recebia quase duzentos ou trezentos escudos a mais do que ela. O trabalho é igual. Mas ela ganha menos.

O diálogo com as trabalhadoras continuou ainda, sobre condições de trabalho, creches, actividade da comissão dos trabalhadores da empresa, onde há uma larga participação de mulheres.

As trabalhadoras da Cambournac alcançaram uma vitória. Vitória da sua unidade. Vitória da sua luta.

Mas o patronato não desarmou. Em silêncio, a administração trama novo golpe. Está na forja a passagem do pessoal a três dias de trabalho por semana.

Atenção, operárias da Cambournac!

Trabalhadoras da Cambournac falam ao «Avante!»

Trabalhadoras da Cambournac falam ao «Avante!»



O campo do Boa-Hora, em Alcântara, oferecia este impressionante aspecto durante o comício do PCP ali realizado

COMÍCIOS EM VÁRIOS PONTOS DO PAÍS

EM VIANA DO CASTELO

Quem expulsou das suas terras milhares de rendeiros, de pequenos e médios agricultores, depois de tê-los lançado na ruína? Quem obrigou milhares de agricultores a emigrar para procurar o pão, o pão que cultivavam na nossa terra, mas que aqui lhes era arrancado da boca? Foi a ditadura dos monopólios e dos grandes agrários, a ditadura fascista de Salazar e Caetano. Esta a resposta frontal da camarada Margarida Tengarrinha, no comício do Partido Comunista Português, em Viana do Castelo, às insinuações propagadas pelos restos podres do fascismo para lançar a confusão e criar entre as populações rurais a desconfiança em relação ao PCP, ao partido que sempre esteve na frente da luta pela defesa dos interesses de todos os que trabalham, nas fábricas e nos campos.

Mas a própria participação no comício, o primeiro efectuado em Viana do Castelo, foi o mais convincente desmentido às torpes insinuações fascistas de que o Partido pretende roubar as terras aos camponeses. Foi a afirmação inequívoca de que as massas trabalhadoras sabem quem são os seus inimigos, aqueles que usam o anticomunismo como arma para tentar criar a desunião entre o povo e as forças democráticas a fim de perpetuarem a exploração e a opressão; e que sabem que o Partido Comunista Português, vanguarda do operariado e do campesinato, é o mais consequente intérprete das suas aspirações a uma vida nova e feliz, uma vida em que terminará, de uma vez para sempre, com a exploração do homem pelo homem. E assim, a lotação do Teatro Sá de Miranda foi insuficiente para albergar as duas mil e quinhentas pessoas que acorreram ao comício, tendo muitas centenas ficado no átrio e nos arredores. A sessão foi presidida pela camarada Margarida Tengarrinha, ladeada por outros membros da Organização Regional do Norte e da Comissão Regional do Minho, representantes de células de empresas e de sectores profissionais e da União dos Estudantes Comunistas, do Movimento da Juventude Trabalhadora, do Movimento Democrático e do Partido Socialista.

Foi o governo fascista — acentuou Margarida Tengarrinha — quem roubou todo o perímetro florestal da Ponte da Barca, Ponte de Lima e Vila Verde. Foi ele quem, depois de ter roubado todas essas terras, importou cãs ferozes e os lançou num vasto perímetro florestal para dizimarem os rebANHOS. Sabem-no os habitantes de S. João da Ribeira, Beiral e Cerdido, Bulhosa e S. Lourenço da Armada, e de Monte Ural (Vila Verde) que, por não quererem submeter-se ao roubo, viram os seus rebANHOS dizimados pelos cãs. A camarada Margarida Tengarrinha chamou também a atenção para a nefasta actuação de uma empresa de celulose do Norte do País, dominante na região de Viana, que tem poluído grandes extensões de terras de cultura. Construiu essa empresa canalizações incapazes que, rebentando, acabaram por agravar a situação de nada valendo os protestos das populações. Para os fascistas — acentuou — nada valiam as culturas e a saúde do povo. Propõe-se ainda essa empresa apossar-se dos terrenos de Ribeira Lima, desde Viana até Ponte da Barca, onde existem veigas que produzem vinho, milho e azeite. Pretende-se transformar esses cultivos em pastos. Pastos para as grandes vacarias pertencentes a fascistas que, quando em cargos de Governo, concederam chorudos subsídios aos grandes produtores, isto é, a si próprios. Assim — sublinhou Margarida Tengarrinha — não é o PCP que pretende desapossar os pequenos e médios proprietários. Bem ao contrário, pretende salvá-los da ruína. Para isso, entretanto, é necessária a acção unida das populações. É necessá-

NO ENTRONCAMENTO

Há quem fale e até se arme em defensor do povo, mas fique profundamente assustado perante qualquer manifestação popular.

Há também quem, em palavras, seja capaz de reconhecer a necessidade de elevar os baixos salários dos trabalhadores, mas na prática queira continuar a ter lucros escandalosos à custa de uma desenfreada exploração.

Há quem em palavras reconheça o direito de greves. Mas na prática queira fazer desse direito uma simples mascarada.

Tudo isto são motivos de grande preocupação. E contra isto o PCP luta e continuará a lutar.

Estas palavras foram proferidas pelo camarada Joaquim Gomes, do Comité Central do nosso Partido, no decorrer do importante comício realizado no Entroncamento, e cuja assistência era constituída principalmente por trabalhadores da C. P. Mais adiante, entretanto, Joaquim Gomes não deixou de afirmar a certeza de que o reforço e aprofundamento da aliança entre as massas populares, as forças democráticas e as forças arma-

das, levariam de vencida todas as arremetidas da reacção e instauraria em Portugal o regime verdadeiramente democrático pelo qual o povo anseia.

A expectativa criada pela realização no Entroncamento do primeiro comício do PCP não foi iludida, e a adesão dos trabalhadores foi grande. Sucederam-se os vivas ao Partido e à unidade, e o fim à guerra foi insistentemente reclamado.

No final dos discursos travou-se um frutuoso diálogo entre os presentes e a mesa, tendo Joaquim Gomes respondido uma série de questões levantadas pela assistência. Além daquele nosso camarada, usaram também da palavra Adelaide Lancinha, Conceição Matos e Firmino Martins. Os problemas específicos dos ferroviários não deixaram de ser abordados, tendo os pontos de vista do nosso Partido sido largamente debatidos.

EM ALCANTARA

«Unidade-base da vitória» foi o tema a que se subordinou o grande comício realizado domingo à noite no laborioso bairro de Alcântara, em Lisboa, de grandes tradições na luta da classe operária e na própria luta partidária.

Recordemos uma vez mais que o correspondente do «Avante!», no seu trabalho informativo para a redacção do seu jornal, tem de ser um trabalhador de grande probidade, espírito responsável e de um grande respeito pela verdade do que informa. Reproduzimos a seguir algumas das informações recebidas.

Correspondendo ao nosso apelo no sentido de «Avante!» se tornar cada vez mais a expressão da ampla movimentação das massas trabalhadoras do campo e da cidade e o reflexo verdadeiro e politicamente correcto dos problemas nacionais, camaradas de diversos pontos do País começaram já a enviar-nos noticiário.

Tentativas de despedimentos combatidas pelos trabalhadores

Com o intuito de provocar desemprego, o patronato lança mão a manobras de despedimentos numa época e numa região onde se não verifica excesso de mão-de-obra, quer na indústria quer no campo. Assim, em Sines, várias empresas de construção civil viram lograda a tentativa de despedimento de 80 operários pela pronta intervenção das forças democráticas e dos representantes dos trabalhadores (elementos da Comissão dos Trabalhadores).

No sector da construção civil, as maiores empresas de Sines não querem aceitar as 45 horas estipuladas no Contrato Colectivo de Trabalho. Entretanto, o Grémio deu indicações verbalmente, para as empresas não respeitarem os salários mínimos acordados: 4500\$00 para a categoria de serventes e 6900\$00 para a categoria de oficiais pedreiros de primeira. Trata-se de uma nitida violação do acordo estabelecido entre este grémio e Sindicato na presença de delegados do Ministério do Trabalho. Como resposta, os trabalhadores não desarmam na sua unidade, propondo-se trabalhar apenas as 45 horas e, ao fim da quinzena, não forem respeitados os salários estipulados, recusarão receber a fêria, continuando, no entanto, a laborar.

Em toda a parte onde o patronato recorre a manobras de despedimento, os trabalhadores e as forças democráticas têm agido com manifesta maturidade política, e alcançado consideráveis vitórias. Além do mal-

ria. Este mesmo facto, aliás, foi salientado, nomeadamente, logo no início do seu discurso, pelo camarada Jaime Serra, do Comité Central, que prestou homenagem a três combatentes vitimados pelo fascismo e cujo nome está ligado ao bairro: Dias Coelho, Augusto de Almeida Martins e Alfredo Diniz.

No campo do Boa Hora juntaram-se perto de quatro mil pessoas, tendo usado da palavra, primeiro, membros do «comité» local do PCP — Otilia Fonseca, que presidiu, Fernando Rodrigues e António Suspiro —, seguindo-se Manuel Pedro, da DORL, e, por fim, Jaime Serra. Este primeiro comício do nosso Partido realizado em Alcântara decorreu em ambiente de grande entusiasmo, ficando prado que as classes trabalhadoras do bairro, assim como da Ajuda e Belém, estão dispostas a caminhar com o PCP na conquista da democracia e da paz.

Tal como os outros comícios organizados pelo nosso Partido, também este constituiu uma importante jornada de esclarecimento popular. Jaime Serra, atentamente escutado pela assistência, teve oportunidade para se referir às «tarefas imediatas que temos pela frente para garan-

tir que o fascismo não regressasse, para garantir a derrota da reacção, para garantir a vitória das ideais democráticas em Portugal». Sucessivamente, enumerou e desenvolveu os seguintes pontos:

1.ª Continuação do saneamento e do desmantelamento de todas as estruturas fascistas (designadamente as autarquias locais e da organização corporativa) e sua substituição por novas estruturas correspondentes ao processo de democratização.

2.ª Instituição das liberdades e dos direitos dos cidadãos, com o seu reconhecimento real e a sua regulamentação em termos que vedem a possibilidade de serem arbitrariamente postas em causa as próprias liberdades institucionalizadas.

3.ª Apressamento do processo de negociações, que conduza ao fim da guerra colonial e à solução política do problema, na base do direito dos povos à autodeterminação e independência.

4.ª Melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras, particularmente através de uma política social que responda aos problemas mais urgentes.

5.ª Uma política económica e financeira que assegure a estabilidade e regule o desen-

volvimento económico e a expansão do mercado interno e externo e condições de vida às pequenas e médias empresas.

6.ª Aproveitamento da abertura diplomática encetada, designadamente com a URSS e outros países socialistas, no sentido do reforço da situação interna e externa, política e económica do País.

EM ELVAS

Apesar de se tratar de um dia de semana, a praça de D. Sancho, em Elvas, encheu-se completamente no passado dia 4 com uma multidão calculada em mais de três mil pessoas, a fim de assistir ao primeiro comício do PCP naquela localidade. Os trabalhadores da região constituíram a parte mais numerosa da assistência, tendo estado presentes delegações de Estremoz, Campo Maior, Évora e Montemor.

Presidiu o camarada Manuel Pinho, que saudou a classe operária, os trabalhadores do campo e todos os democratas do concelho, assim como os partidos políticos integrados no actual processo unitário e antifascista.

Além dos camaradas que adiante referiremos, usou da palavra Joaquim Trindade, membro do PPD, que insistiu

fundamentalmente na necessidade das forças democráticas estarem unidas.

Teófilo Matos, da comissão concelhia do nosso Partido, fez uma análise da situação política regional, referindo em especial a acção caluniosa que a reacção tem desencadeado contra os membros locais do PCP. Dinis Miranda, do Comité Central, referiu-se à actual conjuntura política. Odete do Espírito Santo abordou o tema da intervenção necessária da mulher na luta política. António Gervásio, do Comité Central, fez referências pormenorizadas à linha do Partido quanto à reforma agrária. Por último, Fernando Iglesias analisou alguns pontos importantes do Programa do nosso Partido.

O comício encerrou com a entoação em coro de várias canções e do Hino Nacional. Antes porém, Manuel Pinho salientou o significado da existência em Elvas do Centro de Trabalho do PCP, e apelou a todos os amigos do Partido para contribuírem com o seu esforço no sentido de dinamizarem ainda mais a actividade do PCP na região.

NOOUTRAS LOCALIDADES

No largo da Câmara, em Mora, três mil pessoas participaram num comício promovido pelo nosso Partido, que foi presidido por um jovem da comissão concelhia, António Manuel Gonçalves. Usaram da palavra diversos democratas e membros do PCP, incluindo António Gervásio, do Comité Central. Os temas mais debatidos foram a denúncia do anticomunismo e da campanha fomentada pelas forças da reacção, e a necessária unidade das forças antifascistas.

Também num outro comício realizado em S. Cristóvão, com cerca de 1500 participantes, o camarada António Gervásio usou da palavra, e os temas acima apontados foram igualmente os mais referidos. Em ambos estes comícios destacou-se a presença de numerosas delegações de localidades vizinhas, que juntaram o seu ao grande entusiasmo das populações locais.

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO NO NORTE

A enorme, e determinante influência do nosso partido na vida política nacional tem provocado uma grande afluência de trabalhadores e pessoas de diferentes secto-

res profissionais que querem conhecer o PCP, esclarecer-se sobre os mais diversos temas da sua linha política e da sua organização.

No distrito do Porto começaram, já com bom ritmo, a realizar-se sessões de esclarecimento em que militantes responsáveis da Organização Regional respondem a questões, as mais variadas, colocadas pelos participantes. No diálogo extremamente aberto e franco tem resultado uma melhor compreensão da linha política do Partido, sendo cada vez em maior número aqueles que se inscrevem nas organizações partidárias.

No último fim-de-semana, realizou-se uma sessão de esclarecimento na Póvoa de Varzim. Presentes mais de 250 pessoas no salão, repleto, dos Bombeiros Voluntários, estando presentes as camaradas da Comissão Concelhia, da Distrital do Porto e da DORN do PCP. Como responde o PCP à acusação de que pretende tirar as terras a todos os camponeses? «O PCP é pró-soviético?». «O que se entende por ditadura do proletariado?», além de inúmeras questões sobre o programa do Partido ou sobre aspectos particulares da situação política actual, foram sendo respondidas — e, muitas vezes, os esclarecimentos foram calorosamente aplaudidos o que é bem demonstrativo do ambiente em que decorreu a sessão.

Numa das sessões de esclarecimento realizadas no Centro de Trabalho do Porto participaram cerca de 200 professores do Ensino Secundário e Preparatório. Também ali responsáveis da Organização Regional responderam a questões sobre o programa do Partido, em particular no tocante ao ensino, e também quanto a temas gerais tais como aspectos da vida dos países socialistas ou mesmo referentes a acusações que frequentemente são feitas aos comunistas e acolhidas na Imprensa ocidental. Esta sessão decorreu num muito bom ambiente, sendo formulados desejos da sua continuação com a abordagem dos problemas actuais dos professores e do ensino.

No Centro de Trabalho do Porto passam a realizar-se regularmente sessões de esclarecimento gerais e para cada sector. As terças-feiras haverá sessões dedicadas a discussão e explicação do Programa do PCP. As quartas-feiras o tema será Organização. Estas sessões realizam-se pelas 21 e 30.

Mitterrand no Porto

Muitos milhares de portugueses afluíram ao Pavilhão dos Desportos do Porto, no dia 4, onde o Partido Socialista organizou um comício em que interveio François Mitterrand, que foi o candidato único da esquerda em França nas últimas eleições presidenciais.

Na mesa, a que presidiu o dr. António Macedo presidente do Partido Socialista, estavam François Mitterrand e outros dirigentes do Partido Socialista, o dr. Mário Soares, secretário-geral do PS, além de dirigentes locais do Partido Socialista. Entre os convidados chamados à mesa, uma delegação da DORN do PCP, constituída por José Bernardino e António Mota, o prof. Rui Luís Gomes e uma representação do PPD.

Registaram-se algumas intervenções de membros do PS, de que se destacou a do dr. Coimbra Martins que defendeu a unidade de acção do Partido Socialista e do Partido Comunista, em Portugal e em França, afirmando que ela apenas assustava fascistas reacçãoários ou os potentados da finança.

Em nome do nosso Partido falou António Mota, operário metalúrgico, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto. Saudou Mitterrand que simboliza aqui a grande união de esquerda francesa essa grande plataforma política das forças progressistas e democráticas francesas. E, continuando: Aproveite a presença de Mitterrand para saudar o grande povo francês e sobretudo a

classe operária que ergueu também a Comunidade de Paris, a Frente Popular e o Maio de 68. Seguidamente fez a defesa da unidade, salientando ter sido essa a política do Partido Comunista durante a ditadura fascista, afirmando a certa altura: Hoje a unidade é cada vez mais necessária. A reacção organiza-se e dá sinais de vida. Quem pode agora adormecer? Depois salientou a posição do CC sobre os problemas na unidade.

A sua intervenção foi muito aclamada pela assistência. Da intervenção de Mário Soares destacamos a forma calorosa com que saudou a união das esquerdas em França e a unidade entre os comunistas e os socialistas em Portugal. Vibrantemente aplaudiu em todos os passos da sua intervenção salientou a necessidade de pôr termo à guerra colonial e referiu o facto de não ter havido recentemente combates na Guiné-Bissau. Mário Soares descreveu os traços gerais da orientação do seu Partido e correntes que o integram. Referiu largamente a união realizada em França e o papel de François Mitterrand nesse objectivo que é necessário consolidar no nosso país.

Mitterrand, que havia sido já aclamado, foi também largamente saudado durante a sua intervenção. Referiu-se nomeadamente ao apoio dos portugueses em França à candidatura única das esquerdas, cujos objectivos descreveu

Avante por uma ampla rede de correspondentes

gro das tentativas patronais em Sines, a intervenção do PCP e da Comissão Concelhia do MDP levou, em Alcântara, ao recuo de grandes agrários já preparados para lançar no desemprego trabalhadores. O mesmo se verificou em Alvalade, onde a Comissão de Freguesia do MDP impediu o despedimento de 44 operários de uma empresa cooperativa de tomate e outros produtos.

No concelho de Grândola, grandes agrários ameaçam não tirar a cortiça porque os trabalhadores exigem 300\$00 a 40 horas semanais, ou seja, 5 dias a 8 horas. No entanto, outros proprietários com o intuito de levarem os trabalhadores a não respeitar o sábado, oferecem 360\$00.

Outras lutas contra despedimentos

CASCAIS — O pessoal da Cooperativa de Táxis Paulistas de 9 para 10 do corrente mês, ocupou a secção do movimento, exigindo o saneamento na empresa, a reintegração dos delegados sindicais há dias despedidos e a garantia de que não haverá mais despedimentos. A administração ameaça de despedimento mais 15 trabalhadores, elementos activos do Sindicato ou da Comissão de Unidade dos Trabalhadores de Empresa.

ABOBODA — Na firma Construções Mecânicas Duza, de 1 a 5 de Julho, verificou-se greve geral, motivada pela exigência de reintegração de três companheiros despedidos e de garantia de cessarem os despedimentos. Delegados do Ministério do Trabalho e representantes do Sindicato dos Metalúrgicos levaram o patronato a ceder, de imediato, à reivindicação relativa ao prosseguimento dos despedimentos.

CASCAIS — No último fim-de-semana, a empresa de construção civil Lapinha despediu 24 operários e anunciou a intenção de proceder a mais despedimentos.

Por apoios dos trabalhadores apoiados pelo seu sindicato, os operários despedidos receberam as indemnizações a que tinham direito e o patrão foi obrigado a assinar um documento comprometendo-se a não levar a cabo mais despedimentos.

BARREIRO — Na firma Fernando e Cruz, em Vila Chã, os trabalhadores conduziram uma luta vitoriosa

contra medidas arbitrárias da empresa.

O processo iniciou-se com o facto de a administração ter suspenso o trabalho no dia 2 de Junho, em virtude de um elemento da Comissão dos Trabalhadores ter lido a resposta da administração às reivindicações dos trabalhadores durante o horário de trabalho, o que, aliás, não excedeu os 90 segundos. Recusando-se os trabalhadores a suspender o trabalho, o patrão despediu Inácio Garcia, elemento activo da Comissão Directiva do Sindicato da Construção Civil, ao qual já impedira de falar no interior da empresa.

Como protesto contra o facto os trabalhadores, não tendo obtido qualquer justificação da entidade patronal, ocuparam as instalações da fábrica.

No dia 4, o patrão, sr. Cruz, propunha-se readmitir Inácio Garcia com a condição de o transferir. Os trabalhadores recusaram esta manobra de divisão. O laço da repressão, o encarregado Júdice Guerra, tentou provocar a desordem entre os trabalhadores, ameaçando de morte o operário Carlos Barroqueiro.

A entidade patronal recorreu ainda às Forças Armadas, as quais, como seria de esperar, se solidarizaram com os trabalhadores, estimulando a sua unidade.

No dia 6, terminou a ocupação com plena vitória dos trabalhadores da empresa. As reivindicações foram satisfeitas, Inácio Garcia readmitido e garantido o saneamento dos agentes da repressão patronal: Júdice Guerra, Romeu e Oliveira.

Quem ensina o Figueira da firma Martins e Rebelo?

Na firma Martins e Rebelo, fábrica de laticínios de Aviz, que emprega 400 operários, o gerente Figueira ameaçou de despedimento os trabalhadores que usam o emblema do nosso partido. Como estes permanecessem com o emblema, o gerente chamou a GNR, incitando-a a exercer repressão. Os elementos da GNR recusaram-se, dignamente, a intervir, o que não impediu o Figueira de continuar com provocações e ameaças.

Quem ensina o Figueira que o fascismo foi derrubado e os trabalhadores vigiam e actuam energica-

mente contra os seus resíduos?

Os trabalhadores da Sotel ocupam a fábrica e aceleram o ritmo da produção

SETUBAL — A fábrica Sotel — Sociedade Industrial de Celulose SAREL — foi ocupada em 3-7-74 pelos trabalhadores, após decisão tomada em plenário.

Fomos postos ao corrente da situação numa conferência de Imprensa convocada para o efeito pela Comissão de Trabalhadores, na terceira passada, dia 9.

Como motivos fundamentais da atitude tomada, apontaram-se:

1.ª — Impasse das negociações com a direcção — que se mantinham há trinta e muitos dias — em desenvolvimento de acordos genéricos estabelecidos com a administração — mas ainda não assinados — que visavam a democratização da empresa.

2.ª — Ordem da administração à Comissão de Trabalhadores que desejava um acordo prévio: a Comissão representa os trabalhadores, a administração, o capital, pelo que as negociações seriam prosseguidas em plano de igualdade.

3.ª — Recusa da administração em aceitar o saneamento de órgãos directivos da fábrica. Três directores; 3 engenheiros chefes de serviço; 5 adjuntos de chefe de serviço; 5 indiscriminados. Contra estes impendem — garantiram-nos — prova documental de contactos estreitos com a PIDE-DGS; suborno de entidades oficiais do distrito de Setúbal, a vários níveis, e arbitrariedades e prepotências contra os trabalhadores.

Os trabalhadores e a sua comissão, em particular, procederam ao estudo da situação financeira da empresa, levando em conta a precária situação económica do País, optaram pela ocupação da fábrica, acelerando inclusivamente os ritmos de produção.

A Comissão pediu o apoio de todos os trabalhadores do País. «A luta é de todos e o quebrar de um elo torna vulnerável a cadeia.»

Após a conferência de Imprensa, visitámos as instalações fabris e conversámos livremente com vários trabalhadores.

Em todos os rostos e palavras observámos a mesma determinação vinculada em prosseguir na luta até ao fim...

ALFREDO DINIZ (ALEX)

Teve a homenagem devida a todos os heróis do nosso povo

TEVE a presença do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, o comício realizado no dia 4 em Almada, integrado nas homenagens ao grande combatente comunista que foi Alfredo Diniz (Alex), abatido pelas balas assassinas da PIDE em 4 de Julho de 1945. A curta vida de Alex foi inteiramente vivida e dedi-

tada aos mais belos ideais do Socialismo e do Comunismo, definidos no Programa do Partido Comunista Português como meta futura a alcançar para o nosso povo — diria o camarada Jaime

Além de membros do Comité Central do nosso Partido, assistiram as comissões administrativas da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Almada, representantes do Movimento Democrático do distrito de Se-

Finalmente, realizou-se o comício. Em curto improviso, o camarada Álvaro Cunhal, depois de salientar que os fascistas mataram Alex porque era um operário que lutava pela classe trabalhadora, referiu-se a alguns problemas da actualidade política, acentuando: As qualidades dos comu-

das e teremos um Portugal pacífico e independente. O exemplo de Alex guiar-nos-á até à vitória final.

Presidiu ao comício a camarada Maria de Carvalho, tendo ainda usado da palavra os camaradas Deolinda Franco Brito, Manuel Joaquim Judas, Jaime Serra, Cassiano Glória, Manuel António Martins da Fonseca, Vítor Otão e Aires Pacheco. Alfredo Diniz, o saudoso

Alex, combatente da primeira linha do Partido Comunista Português, teve a homenagem devida a todos os heróis e mártires do nosso povo. O exemplo glorioso da sua luta não será esquecido e permanecerá como um ponto de referência indispensável para todos quantos, com os comunistas à frente, combatem por um Portugal verdadeiramente democrático.



A multidão no Largo Alfredo Diniz



Álvaro Cunhal no comício em Almada

Serra no decorrer do comício. A sua vida luminosa, cortada traiçoeiramente aos 28 anos, foi curta mas cheia da mais rica experiência de luta dedicada à grande causa dos trabalhadores e do povo português.

O ponto culminante das homenagens foi, à noite, o comício de Almada, a que assistiu uma multidão cujo entusiasmo chegou ao auge quando no ginásio da Escola D. António da Costa deu entrada Álvaro Cunhal.

Além de membros do Comité Central do nosso Partido, assistiram as comissões administrativas da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Almada, representantes do Movimento Democrático do distrito de Se-

nistas vão ser postas à prova, vão ser necessárias, e nós não duvidamos delas. Lutaremos no combate ao fascismo, procurando ser dignos do sacrifício e da dedicação de Alex. Reforçaremos a aliança com as Forças Arma-

HÁ uma dívida em aberto para um combatente caído. Nogueira da Regedoura. Quatro de Julho de 1942. O médico comunista Ferreira Soares foi assassinado neste dia. Um bando da PIDE varou-o a tiro de metralhadora no seu consultório. Catorze balas. Foi a autópsia que as denunciou. Uma vida roubada à luta. Um médico roubado à sua clientela modesta.

O crime ficou impune. Como o que roubou a vida a Alfredo Diniz, a Vieira Tomé, a Ferreira Marques, a Germano Vidigal, a quantos outros! Chegou a hora de relembrar os mortos que durante dezenas de anos o fascismo se esforçou por manter no esquecimento. São companheiros dessa grande batalha que se amassou em duros e pesados sacrifícios. Sacrifícios da liberdade, da tortura,

das noites sem dormir, do martírio das celas do Aljube, das fortalezas de Peniche e de Caxias, do campo do concentração do Tarrafal. Sacrifícios de vidas humanas, de companheiros torturados até à morte ou dos que foram ceifados pelas balas dos esbirros policiais, como Dias Coelho, Alfredo Ruas, como o médico comunista Ferreira Soares.

Ferreira Soares! Evocamos hoje nas colunas do «Avan-

Há trinta e dois anos

FERREIRA SOARES: um combatente comunista abatido pelas balas da P.I.D.E.

tel» a grandeza da sua vida, evitei a descrição da doença dizendo que isso era com o senhor doutor e que se meu irmão ficara de vir, que viria. Que eu não sabia de nada. (Aliás, era sempre assim. De facto, eu nunca sabia o seu paradeiro, a não ser quando ele mandava buscar a refeição a casa).

Cerca das 11 horas, chegou meu irmão, pelas traseiras da casa. Vinha bem posto, o que não era muito frequente. (Mas sempre dizia que se algum dia fosse apanhado pela Polícia gostaria de estar «vestido de médico» e não ser encontrado com as suas botas e meias de pescador). Procurou-me; afagou uma menina da Cruzada que estava comigo e preveniu-me de que ia fazer aquela consulta e que depois iria embora. Se o procurassem, eu dissesse que não sabia quando voltaria a haver consulta.

Isto tinha acontecido várias vezes. Meu irmão era prevenido de que a PIDE se voltaria para ele, e desaparecia. Depois voltava e fazia vida de consultório cá em casa, quase normal. Só nunca cá dormiu, mas por vezes até fazia as refeições em casa.

Foi para o consultório e eu preparei-me para voltar à igreja com aquela pequenita. Ouvi duas detonações que me surpreenderam, mas não percebi o que era. Houve um espaço que eu não sei se se passou só dentro de mim, ou se se deu no tempo. Foi o que meidiu entre os dois primeiros tiros e os que se lhe seguiram. Ouvi mais tiros, vozes de homem no consultório e cadeiras que se arrastavam. Percebi o que se passava. Não sei quanto tempo me levou a chegar do lugar onde estava (actual sala de jantar) até junto de meu irmão. Tenho quase a certeza de que foi um instante. Mas ficou-me sempre a impressão de que me levou imenso tempo e de que não fui, mas de que me arrastei lá tal era o peso que sentia dentro de mim.

O seu enterro foi um comovido testemunho do seu prestígio. Milhares de camponeses, de trabalhadores. Lágrimas sentidas de dor e de revolta. Protestos. A homenagem do povo ao comunista, ao «médico dos pobres».

Volveram 32 anos. Quatro de Julho de 1974. O dia da justiça contra este crime ainda não surgiu. Os assassinos não foram julgados. Fez-se o 25 de Abril. Alvorada saudada com cravos vermelhos, com confiança. Alvorada de liberdade, que não pôde esquecer os seus mártires.

Há ainda uma profunda homenagem a prestar ao companheiro abatido. A Ferreira Soares, ao comunista ardoroso, ao combatente da democracia, ao soldado da liberdade.

Diante da sua memória inclinamos comovidamente as nossas bandeiras. As bandeiras do nosso Partido e as bandeiras da nossa Pátria. Existe um relato das circunstâncias da morte de Ferreira Soares. E de autoria de sua irmã, Inês Ferreira Soares, pessoa de profundas convicções religiosas, e foi redigido em 1969, por sugestão de alguém da hierarquia católica, que por esse tempo regressou a Portugal e pretendia informar-se do caso. E desse relato que a seguir publicamos alguns extractos.

Duas detonações

Cerca das 9 horas chegava eu da igreja. Estava um automóvel arrumado em frente do portão do consultório e encostado ao mesmo automóvel um indivíduo, creio que alto, moreno, sem chapéu e de cabelo um tanto encaracolado. Não sei porquê, aquela presença foi-me desagradável. Entrei e passado pouco tempo bateram à porta. Fui atender e apareceu-me outro indivíduo, baixo e mais novo do que o outro. Perguntou se o dr. Carlos viria; que tinha ali uma irmã com uma doença terrível, e apontou para o peito, como se se tratasse de doença do seio. Falava muito ne-

vosamente. Como sempre, evitei a descrição da doença dizendo que isso era com o senhor doutor e que se meu irmão ficara de vir, que viria. Que eu não sabia de nada. (Aliás, era sempre assim. De facto, eu nunca sabia o seu paradeiro, a não ser quando ele mandava buscar a refeição a casa).

Cerca das 11 horas, chegou meu irmão, pelas traseiras da casa. Vinha bem posto, o que não era muito frequente. (Mas sempre dizia que se algum dia fosse apanhado pela Polícia gostaria de estar «vestido de médico» e não ser encontrado com as suas botas e meias de pescador). Procurou-me; afagou uma menina da Cruzada que estava comigo e preveniu-me de que ia fazer aquela consulta e que depois iria embora. Se o procurassem, eu dissesse que não sabia quando voltaria a haver consulta.

Isto tinha acontecido várias vezes. Meu irmão era prevenido de que a PIDE se voltaria para ele, e desaparecia. Depois voltava e fazia vida de consultório cá em casa, quase normal. Só nunca cá dormiu, mas por vezes até fazia as refeições em casa.

Foi para o consultório e eu preparei-me para voltar à igreja com aquela pequenita. Ouvi duas detonações que me surpreenderam, mas não percebi o que era. Houve um espaço que eu não sei se se passou só dentro de mim, ou se se deu no tempo. Foi o que meidiu entre os dois primeiros tiros e os que se lhe seguiram. Ouvi mais tiros, vozes de homem no consultório e cadeiras que se arrastavam. Percebi o que se passava. Não sei quanto tempo me levou a chegar do lugar onde estava (actual sala de jantar) até junto de meu irmão. Tenho quase a certeza de que foi um instante. Mas ficou-me sempre a impressão de que me levou imenso tempo e de que não fui, mas de que me arrastei lá tal era o peso que sentia dentro de mim.

«Eu vou morrer»

A criada surgiu a dizer: Matam o senhor doutor! Não sei se respondi. Cá dentro fiquei zangada: Não podia ser. Cheguei à porta da sala por onde devia ir ao consultório e no outro extremo vi meu irmão estendido no chão, de bata vestida. (Nesse momento estive por um fio a enfiar-me. Aquilo não era verdade. Era o Carlos a brincar comigo, como tantas vezes brincava e quase ia dar a gargalhada do costume... Momento horrível!). Debruçado sobre meu irmão, a fazer o que não percebi (a algemá-lo, com certeza, pois chegou algemado à casa de saúde), o homem que eu viria lá fora; a insultá-lo de bandido; anda pr'o carro! Há-de responder por todos os crimes que tens feito!

Cheguei ao pé de meu irmão — entretanto, o homem, sempre a ralar, tinha entrado no consultório —, ajoei-me, ele viu-me e disse-me com toda a serenidade e aquele seu sorriso nas horas grandes: Eu vou morrer. Afaguei-o e pedi-lhe: Lembra-te de Jesus, lembra-te da alma da mamã. Beijei-o e o homem voltou a aparecer, a barafustar e a disparar tiros — um passou por cima de nós e saiu pelo vidro da bandeira da janela —, e meu irmão disse para mim: Era algum doido. Naquela angústia, rejeitei: meu irmão não percebia que era a Polícia! Morria cheio de indulgência para o seu assassino e sem um sentimento de horror!... Como o homem continuasse

no levanta-te, anda pr'o carro!, eu levantei-me e com bastante calma, disse-lhe: Sossegue, senhor; um momento! Calou-se e passado um momento, noutra atitude, começou a gritar: Depressa! Alguém que ajude a levar este homem pr'o hospital!

Catorze balas

Entretanto, na rua ouviam-se tiros e voz de homem que gritava contra não sabia eu quem. E, supondo eu que alguém viesse acudir, arriscando a vida sem poder valer a meu irmão, fui à porta e vi o homem que falara comigo, junto ao carro, a carregar a pistola e a gritar ameaças. Eu, embora não visse mais ninguém, pedi: Ninguém se arrisque, é uma loucura! Fechei a porta e uma bala veio imediatamente embater nesta. Voltei para junto de meu irmão (a porta da rua era neste compartimento), olhou-me com o seu último olhar consciente e neste momento vi que lhe tremiam os lábios e ficavam brancos. Pedi água à criada e molhei-lhe os lábios. O assassino e mais não sei quem levantaram-no do chão a falar em hospital e, ao erguê-lo, vi pender-lhe a cabeça. Atravessaram o consultório e de dentro de uma janela vi levá-lo para o carro, e vi uma mulher que lavava em tom aflitivo ou a ralar, não sei; sei que falava alto. O carro desceu e ouvi-se tiros até ao fundo da rua. Quando levei meu irmão para o carro apareceu-me outro homem que me pediu que lhe fizesse não sei quê, porque não podia. Sobre depois que era um cliente de meu irmão que também o esperava e a quem a Polícia algemara e levou no carro até Espinho, para cuja casa de saúde levaram meu irmão. Ouvi depois que este cliente teria contado que na viagem um dos homens tomava o pulso de meu irmão e que a certa altura teria piscado o olho ao outro, no sentido de lhe anunciar que meu irmão tinha morrido. Entregaram-no na Casa de Saúde do dr. Gomes de Almeida. Contudo que, dali, foram à Pastelaria Elias Tavares, na mesma rua, celebrar o feito.

Horrorizava-me a ideia de que meu irmão tivesse sido mais massacrado na viagem e tivesse tomado consciência de que estava nas mãos da Polícia. Mas o dr. Gomes de Almeida, que o recebeu, disse-me que pelo estado em que lá chegou, devia ter morrido pelo menos com quinze minutos de antecedência. Penso que morreu quando ficou com os lábios brancos e o levantaram.

A afirmação de que na viagem pediu água e o agente ripostou com uns tantos tiros na boca não deve corresponder à verdade, porque a autópsia parece que não o confirma. A afirmação de que meu irmão resistiu está em clara contradição com o facto de meu irmão se julgar vítima de um doido — receio que sempre manifestou como médico, citando casos desses. Esta convicção em que morreu prova que nem sequer lhe foi dada voz de prisão — e, felizmente, afinal.

Meu irmão deve ter-se sentido para atender a doente e ter sido alvejado depois, visto que da autópsia consta que as balas o atingiram de cima para baixo. Na casa de saúde abriu-lhe o casaco e vi uma pequena mancha de sangue na região do coração. Em casa não ficaram sinais de sangue. Pela autópsia soube-se que as balas foram em número de catorze, todas pelo corpo. E não se fala da boca.

Façamos o processo dos criminosos da P.I.D.E./D.G.S.

Depoimento de Conceição Matos

CONCEIÇÃO Matos é um dos muitos exemplos da coragem e dignidade da mulher na luta.

Sobre ela, a fúria da PIDE-DGS exerceu-se de um modo particularmente feroz. Aos métodos habituais de tortura os criminosos agentes da PIDE-DGS acrescentaram tentativas encarniçadas de humilhação. Num dos momentos mais penosos dos interrogatórios a que foi submetida, em 1965, Conceição Matos gritou aos seus algozes: «O povo chama-se justiça!

O povo vingar-se-á sem dúvida. Porque a vingança do povo chama-se justiça!

«EU NEM ACREDITEI QUE CHEGASSEM A TANTO. MAS CHEGARAM»

Conceição Matos sofreu a primeira prisão em Abril de 1965, tendo sido condenada a 18 meses pelo Tribunal Pleno, fiel cúmplice da repressão fascista. A Setembro de 1968 voltou a ser presa, sendo libertada cerca de 2 meses depois.

É acerca da dura experiência por que passou, quando da primeira prisão, que Conceição Matos fala aos leitores do «Avante!».

— Foi em Abril às 4 e 30, vivia eu na clandestinidade com o meu companheiro Domingos Abrantes. Estava sozinho em casa: no Montijo; arrabaram a porta, cercaram as redondezas, entraram de pistola em punho uma série de agentes da PIDE e dois elementos da GNR. Enquanto investiam contra a porta, conseguiram os documentos mais importantes, o que os enfureceu bastante. Foi a casa com eles desde as 4 e 30 até às 21 e 45, altura em que me levaram para a António Maria Cardoso. Em casa tinha recusado a identificá-los e mantive a minha atitude na polícia. Nessa noite, fui interrogada pelo chefe de brigada Cepela, mais tarde promovido a inspector pelos «bons» serviços prestados e a sua competência de torturador. Afaguei-me que tinha de me identificar e, como fiquei calada, disse: «Esta quer levar a bandeira do Partido em cima do calção». De madrugada, levaram-me para Caxias, onde fiquei em total isolamento, sem sequer uma toalha, um sabonete, só com a roupa que tinha no corpo, porque tudo o resto me roubaram. Ao fim de 17 dias de ansiedade: «E hoje que vou... não vou», fui levada, outra vez, à António Maria Cardoso.

ligado a um canalha, a um desertor, a um fugitivo (ele fora um dos prisioneiros que fugiram de Caxias). Afirmavam também que ele já tinha falado, etc. O costume. Eu, até esse momento, não sabia que o meu companheiro estava preso.

Ao fim dos três dias, só me mantinha sentada. O Tinoco dizia constantemente: Daqui, só para a morgue ou Júlio de Matos, ou então, fala-se! Depois disse: Maluca já ela está! Levem-na para Caxias.

DEPOIS VEIO O PIOR «AVANTE!» — Continuaste mantendo sempre a negativa de te identificares?

— Sim. Uma vez que tinha tomado essa atitude de início, voltar atrás era um fracasso e se conseguisse arrancar-me o nome, não desistiriam.

Em Caxias, fui consultada por um médico, o Barata, agora preso, que em vez de me ouvir sobre o meu estado de saúde, pretendia continuar o interrogatório. Eu disse-lhe que ele não tinha nada que me interrogar e ele respondeu-me: Não tens eu mas tem a polícia. Se conversas com a polícia, os seus males acabam. Despeje o saco que já fica boia.

Três dias depois voltei à António Maria Cardoso, Tinha ainda de passar pelo pior. Fui então, de novo, para a sala de interrogatórios, onde entraram muitos agentes com o Tinoco à frente. O Tinoco disse: Agora vai começar o espectáculo. Entram os homens, saem as senhoras. Saíram todas as agentes, ficando só duas, a Madalena, que seria mais tarde chefe de brigada, e outra. Por ordem do Tinoco, uma agarrou-me e a Madalena começou a despir-me peça por peça. E ia perguntando: Fala ou não fala? Quando fiquei desnudada tentei encolher-me atrás de uma mesa e a Madalena empurrou-me e começou a espartar-me e a gritar: Fala, puta. Eu estava de tal modo descontrolada que comeci a rir à gargalhada. Bateu-me ainda mais. Chora, tens de chorar! Por

fim, as lágrimas corriam-me pelo rosto mas eu continuava a rir sem querer. Eu tinha a cabeça baixa mas, de repente, levantei-me e comeci a contá-las, o décimo era o Tinoco, e gritei-lhes: Dez canalhas, dez monstros. Vocês não são ohmens. O povo se vingará. Se eu pudesse, canalhas!...

— Sim, tenho consciência de que é preciso que o povo saiba do meu e dos outros casos, das fagendas destes criminosos.

Começaram, então, a tortura do sono, que durou três dias e duas noites. Durante esse tempo apareceram-me, além de outros, o inspector Tinoco e o Serra. Como eu continuasse a negar-me a dizer o nome, o Tinoco deu ordem para não me deixarem ir à casa de banho. Tinha de fazer as necessidades no chão — disse ele — e seriam limpas com a minha roupa. Eu não acreditei que chegassem a tanto, mas chegaram mesmo.

Aguarda! O mais que pude, andava curvada, cheia de dores no ventre mas depois tive mesmo de fazer. Além das agentes, que tomavam conta de mim, elas iam entrando e saindo. Foram-me despidindo para limpar o chão com a minha roupa, até que fiquei em combinação. Nesse período e concerta, em consequência do nervosismo, veio-me a menstruação e eu não tinha sequer um papel, nem podia lavar-me. Dizia-me: Dependes de si ir à casa de banho. Se não quer falar, escreva as declarações e assine. Eu tinha muitas dores de cabeça e vomitava, embora não conseguisse comer, o que os levou a ameaçarem-me com a sonda. Pedi médico mas recusaram-me porque os médicos são da polícia e não iam ver desconhecidos; como eu não me identificava, não sabiam quem eu era. Mentira, até porque, entretanto, já tinham posto a minha fotografia nos jornais.

No segundo dia comeci a ter alucinações visuais, vi um grande aranhão na perna de uma mesa e tive a sensação de que as paredes se mexiam. A certa altura apareceu um agente

a dizer que era melhor que o meu companheiro, e se eu não queria ir tomar café com ele. As provocações.

Eles saíram depois e vesti-me, mas a Madalena continuou a bater-me: «Tu não podes, puta, tu nunca há-de poder! Atraves-te a mesar a polícia!» Entretanto, entrou um agente, armado em fotógrafo e começou a provocar: «Vinha para a fotografia nua, é uma pena já estar vestida!» E a Madalena: «Ver uma merda destas? Não vale nada. Mas para eles, comunistas, qualquer merda serve. Vamos embora que esta merda não fala!»

Veio o agente Serra que me começou aos murros na cara, no queixo, para eu levantar a cabeça e o «flash» me bater nos olhos. Eu caí mas eles seguraram-me pelos braços e continuaram, gritando: «Assim ou não?»

Já estava tão descontrolada que comeci a gritar: «Não, não, não...» até perder o fôlego. Então, eles molharam-me o rosto com água e depois levaram-me outra vez para Caxias. Voltaria ainda uma vez em que me ameaçaram recomprar tudo de novo, mas eu disse: «Podem matar-me que eu não falo», e não insistiram. Mas o Tinoco disse-me que estava orgulhoso de me ter dado cabo da saúde e pena tinha de não poder dar-me cabo da vida.

«AVANTE!» — No entanto, mesmo em Caxias continuaram exercendo sobre ti diversas pressões de ordem psicológicas?

— Sim, eles aproveitaram o facto de eu ter ficado com problemas psicológicos depois do que passei. Na cela, continuava a sofrer de alucinações visuais e auditivas. Via um homem que me escondia o meu filho, todos os carros que passavam na Marginal eram para mim carros de familiares que traziam o meu filho, as crianças que brincavam no campo em frente pareciam todas o meu filho.

Claro que exploraram este meu estado. As guardas tinham instruções para isso. Eu estava sem notícias há dois meses, sem visitas nem cartas. Uma vez, uma guardinha entrou na sala com um maço de cartas na mão e disse: Faz favor, mas quando me voltas, começa a rir-se de mim. Não querias mais nada?! Tu não tens direito a cartas porque não colaboraste com a polícia. Com que então querias uma carta do teu filho? Outra vez, entraram com um gira-discos e fizeram a mesma cena. Tive de fazer greve da fome para finalmente me darem uma visita. Quando os meus pais me viram entrar amparada pela guarda, quando não me conheciam. Como começaram a gritar, desesperados, a visita foi cortada.

Ao fim de quase três meses entrei finalmente em regime normal.

No entanto, mesmo em regime normal, quando os prisioneiros se encontravam à espera dos julgamentos-fantoches do Plenário, a PIDE-DGS empregava toda a sua argúcia em impor «leis» que seriam absurdas se a sua crueldade não fosse tão revoltante.



Descerramento de uma lápida

A cerimónia seguinte, ao fim da tarde, em Cacilhas, consistiu no descerramento de uma lápida dando o nome de Alfredo Diniz ao largo daquela localidade, por ini-

A maioria dos trabalhadores portugueses parece-me consciente da sua força e da melhor maneira de a utilizar

— diz-nos Roman Samsel, escritor e jornalista polaco

— Não encontrei ninguém que aceite a guerra, mas a guerra existe. Julgo ser este um assunto primordial e de solução urgente. Os povos de Angola, Moçambique e Guiné continuam a sofrer os danos da guerra. O povo português também. Leio nos jornais notícias de mortos em combate. Entretanto, não tenho dúvidas de que a vontade e o esforço do povo, das forças democráticas, acabarão por levar à resolução do problema colonial, com o reconhecimento da independência dos povos africanos.

Quem assim nos fala é um escritor e jornalista polaco de 39 anos. Chama-se Roman Samsel, reside em Varsóvia e é membro do Partido Operário Unificado Polaco (Partido Comunista). Foi com o maior interesse que registamos as suas opiniões para o «Avante!».

O futuro nas mãos

— Desde fins de Maio que te encontras entre nós. Poderias dizer-nos, em linhas gerais, a tua impressão sobre o ambiente que vieste encontrar em Portugal?

— Desde logo, impressionou-me extraordinariamente a enorme força do repúdio popular contra o fascismo. Regimes como o vosso antes do 25 de Abril, comparável na sua crueldade ao nazismo, que nós, polacos, já sentimos na própria carne, deixam marcas terríveis nas pessoas. Mas os portugueses demonstraram e continuam a demonstrar que não aceitam o fascismo. Tive possi-

bilidades de ver filmes espantosos sobre o 25 de Abril, o cerco ao quartel do Carmo, a libertação dos presos políticos, as recepções ao camarada Cunhal e ao companheiro Mário Soares, essa grande jornada que foi o 1.º de Maio. Os sentimentos das massas populares eram inultráveis. Desde que cá estou, outras manifestações a que pude assistir confirmaram as primeiras impressões.

Roman Samsel é calmo, ponderado, fala vagarosamente (independentemente das suas dificuldades em se exprimir num espanhol que, apesar de tudo, não deixa de ser fluente...). Mede bem as

palavras. Mas não disfarça o seu entusiasmo ao dizer-nos:

— Houve coisas que não posso esquecer, e que me calaram bem fundo. Refiro-me, nomeadamente, às homena-

Comoveu-me sinceramente as manifestações a que estive presente. Um povo que, como o vosso, não esquece os seus mártires, os seus verdadeiros heróis nacionais, é um povo que tem o futuro nas mãos.

gens populares aos heróis antifascistas desaparecidos na luta, como Catarina Eufémia e Dias Coelho. Comove-

ram-me sinceramente as manifestações a que estive presente. Um povo que, como o vosso, não esquece os seus mártires, os seus verdadeiros heróis nacionais, é um povo que tem o futuro nas mãos.

Consenso nacional

O nosso interlocutor é um homem experiente e viajado. Em serviço de reportagem ou enquanto intelectual interveniente desejoso de conhecer as grandes transformações do mundo em que vivemos, conhece todos os países socialistas euro-

peus, já esteve em Cuba, no Brasil, nos Estados Unidos, no México, em Inglaterra, França, Espanha. As suas opiniões sobre a actualidade política nacional revestem-se de especial significado.

— Pelas conversas que tive, por tudo o que me foi dado observar, pude concluir que o 25 de Abril surgiu como um claro reflexo do pensamento e da vontade nacionais. A sublevação militar foi a expressão armada de um inequívoco consenso nacional. Os militares eram e são o próprio povo em armas. Isto prova a justeza da palavra de ordem que indicava a necessidade de, custe o que custar, manter e desenvolver a aliança entre as massas populares e as Forças Armadas. A posição do Partido Comunista Português a este respeito parece-me extraordinariamente correcta, tanto como me parece incorrecta e perigosa a dos grupos esquerdistas minoritários.

Entretanto, as diversas greves que têm surgido acabaram ao fim de poucos dias, e isto mostra que há um esforço das massas para evitar um caos económico que, nas actuais circunstâncias, já se sabe a quem serviria. Aliás, tenho a impressão de que a maioria dos trabalhadores estão conscientes dos seus direitos, da sua força, da melhor maneira de a utilizar, e de nenhum modo querem o regresso ao fascismo.

Política adequada

Roman Samsel faz questão de nos falar do Partido Comunista Português.

— Tenho podido observar um enorme apoio de massas ao PCP, e creio que o Partido está em condições de responder a esse apoio enquadrando, protegendo, orientando a classe operária. Além da sua grande força organizativa, dispõe também de uma força ideológica muito importante. Pode ter uma prova disso quando, em casas de amigos portugueses, aqui em Lisboa, eles me mostraram livros e artigos de Alvaro Cunhal que, durante o tempo do fascismo, serviam de guia à sua acção. A política do Partido está perfeitamente adequada, em minha opinião, às actuais circunstâncias, e julgo que ela deverá ser determinante quanto à orientação de todas as forças democráticas e verdadeiramente progressistas.

A função do «Avante!»

O nosso amigo polaco faz parte do corpo redactorial da revista semanal «Kultura», de Varsóvia, além de ser colaborador de vários jornais, incluindo o órgão do Partido Comunista Polaco. É também membro da Sociedade de Jornalistas do seu país. Tinha interesse es-

cutar a sua opinião acerca do «Avante!».

— Se falta algo ao vosso jornal, é que aumente as suas páginas, tenha maior variedade de assuntos, dê voz aos diversos círculos comunistas do País, dê voz aos operários e camponeses. O 25 de Abril ainda não chegou a cada aldeia, a cada local de trabalho, e o jornal pode e deve ajudar a que isso aconteça. Por outro lado, as pessoas de maior nível cultural deverão encontrar no «Avante!» um veículo de conhecimento da realidade nacional, que em muitos aspectos lhes escape. Entre os intelectuais existe a predisposição para isso. Falei com um escritor que me disse: «Agora, mais importante que escrever, é alfabetizar, fornecer cultura.» Compreendo perfeitamente esta aspiração. O «Avante!» poderá ajudar a que ela se concretize.

Roman Samsel dir-nos-ia que, pessoalmente, se sentia mais escritor do que jornalista. É autor de nove livros, incluindo novelas, contos, ensaios e reportagens. Esta sua faceta veio ao de cima ao afirmar-nos:

— Gostaria de ver no vosso jornal uma página literária, com colaboração dos muitos bons escritores portugueses que existem, e que também contribuíse para a divulgação da cultura dos países socialistas. Trata-se de uma lacuna grave dos jornais portugueses e que o «Avante!» poderia preencher.

A imprensa portuguesa

Aproveitamos o rumo da conversa para interrogar Samsel acerca da imprensa portuguesa em geral.

— Parece-me pouco profunda e pouco comentada. As vezes envereda por um certo sensacionalismo, dando destaque a assuntos sem grande importância, meros incidentes, ao mesmo tempo que se esquece com frequência a função formativa, o esclarecimento dos leitores.

As notícias, em si, são geralmente fidedignas, e pude contactar com muitos jornalistas sérios e conscientes. Creio, pois, que as coisas poderão melhorar.

E Roman Samsel voltou a insistir, na sequência do que nos vinha afirmando:

— Existe muito pouco noticiário sobre o mundo socialista. Não tenho dúvida

Conferência pan-europeia de solidariedade ao Chile

— entrevista com José Magro

Em 6 e 7 do corrente mês, realizou-se, em Paris, a Conferência Pan-Europeia de Solidariedade ao Chile. Sobre o assunto ouvimos o camarada José Magro, que nela participou como representante oficial do Partido Comunista Português.

P. — O que podes dizer-nos do significado da reunião de Paris a que assististe?

R. — Foi importante a vários títulos. Estavam representados trinta países, incluindo os do campo socialista, e mais de cem organizações partidárias, sindicais e outras, traduzindo a vontade de várias centenas de milhões de pessoas. Facto de relevo é o de se terem encontrado e chegado a unânimes decisões não só as grandes Confederações sindicais de várias tendências mas também, pela primeira vez, os Partidos Comunistas e muitos dos Partidos Socialistas e social-democratas da Europa, assim como correntes cristãs, radicais e outras. Isto significa um real passo em frente no campo de unidade de acção das principais forças europeias de esquerda e a criação de uma poderosa frente internacional contra a ofensiva racionária e fascista no Chile e também de alguma maneira em outros países.

P. — Que posições verificaste em Paris relativamente à actual situação política portuguesa?

R. — De franco apoio, naturalmente, e de optimismo. Dos delegados chilenos a Mitterrand, dos representantes italianos aos espanhóis, todos se debruçaram



Roman Samsel na redacção do «Avante!»

em afirmar que a nossa experiência em diversos campos poderia ser muito útil aos portugueses. Na educação e na cultura, por exemplo. Vi na Feira do Livro obras de Gorki. Excelente. Mas depois de Gorki, depois dos grandes autores da sua geração, surgiram nos nossos países muitas dezenas de grandes escritores, representantes dos novos cami-

Abrem-se grandes perspectivas para um melhor conhecimento e uma melhor cooperação entre os nossos povos, entre o povo português e os povos dos países socialistas. Os escritores e intelectuais incluídos, claro.

nhos do realismo socialista. E não só marxistas, também católicos. Urge que eles sejam conhecidos entre nós.

Aspectos da cultura polaca

— Por aquilo que já te foi dado observar e conhecer, poderias estabelecer um paralelo entre a literatura portuguesa e a polaca?

— Assentam, evidentemente, em bases muito diferentes. Uma coisa é uma cultura que existe única e exclusivamente para servir o povo, outra é a cultura dominada pelos interesses capitalistas, destinada ao lucro. Sei dos muitos escritores portugueses que se editam a eles próprios, por não encontrarem editor, e às vezes são de grande qualidade. Na Polónia, como aliás nos outros países socialistas, isso não acontece. Dão-se todas as possibilidades aos jovens para trazerem a público as suas obras, ao mesmo tempo que temos o maior respeito pela herança cultural do passado. A crítica marxista está muito desenvolvida, o público tem ao seu dispor uma vasta informação sobre tudo o que se publica. Não há o perigo de os grandes escritores, os escritores de mérito, ficarem esquecidos. Por outro lado, damos grande atenção à produção estrangeira. E não

só do mundo socialista. Os livros de verdadeiro interesse humano editados no mundo capitalista são publicados entre nós. É o caso, entre muitos outros, de Neruda e de Jorge Amado, dos escritores progressistas americanos e dos antifascistas espanhóis. Isto tanto na literatura como no cinema, no teatro, etc.

— E quanto ao vosso co-

ses socialistas. Os escritores e intelectuais incluídos, claro.

Uma sugestão

Roman Samsel é membro da União dos Escritores polacos. Escreveu dois livros sobre a Cuba revolucionária. Dedicou outras obras à URSS, ao Brasil e a Salvador Allende. Já no fim da nossa conversa, perguntámos-lhe se, além dos artigos para a sua revista, pensava escrever uma obra sobre Portugal.

— Um mês no vosso país não é tempo suficiente para isso. Mas espero voltar e, então, ver-se-á.

A terminar, uma sugestão:

— Mas há um grande livro a escrever, por vós, portugueses. Um livro em muitos volumes, que conte toda a dura luta do vosso povo contra a ditadura, relate a verdadeira epopeia dos vossos heróis, militantes comunistas e outros. As gerações futuras poderão assim saber o que era o fascismo, e o que ele custou aos portugueses. E que esse livro se traduza em todas as línguas, para que o mundo também o saiba.

NOTÍCIAS DO MUNDO

Os trabalhadores contra a subida do custo de vida, na Itália: protestando contra a política governamental de subida do custo de vida, os últimos aumentos de preços e impostos representam uma sobrecarga de 3 a 15 contos anuais (por família) os sindicatos italianos decidiram lançar uma série de greves e lutas reivindicativas, por todo o país, reclamando garantias do poder de compra.

O governo cipriota denuncia os fascistas gregos: o presidente Makários de Chipre, rejeitou um ultimato do governo fascista grego reclamando a anulação da ordem de expulsão dada contra 600 oficiais gregos que comandavam a guarda nacional cipriota e, al, prestam ajuda aos elementos pró-fascistas que actuam na ilha.

Na Etiópia as Forças Armadas também defendem os interesses do povo: na última semana foi dado na Etiópia um novo passo em frente no complexo processo que, sob o impulso dos militares progressistas, tem vindo a desenvolver-se no sentido de varrer as estruturas feudais do país. Após uma semana de grande tensão o imperador Selassié foi obrigado a um novo recuo, aceitando as medidas reclamadas pelas Forças Armadas para assegurar a aplicação de importantes reformas, entre as quais a instauração de um regime constitucional e uma reforma agrária. As Forças Armadas impuseram também a libertação dos presos políticos. Foi criado um «conselho de vigilância» constituído por elementos militares, para acompanhar de perto a actividade do governo. Cerca de 200 pessoas dentre as mais responsáveis pela política do regime feudal vão julgadas.

Retorno à democracia, ameaçado na Tailândia: reina inquietação nos meios democráticos tailandeses pela utilização que possa ser feita pelos círculos militares reacçãoários dos motivos registados em Bangkok nos fins da semana passada. Com efeito, se a ditadura militar foi derrubada em Outubro último, o facto é que se mantêm nas suas posições muitos dos elementos do anterior regime ditatorial. Manipulados

o unção os motins de Banguco que certamente não servem a população — trabalhadores, cujo interesse é consolidar a democracia parcialmente restabelecida há 9 meses.

Reforma agrária no Equador: o presidente deste país reafirmou a decisão do governo progressista de realizar uma reforma agrária que abraja «todas as propriedades que não estão a ser úteis para a sociedade».

Cuba alarga as suas relações na América Latina: ao concluir a sua viagem oficial ao México, o Ministro da Educação de Cuba declarou que os dois países decidiram fazer um intenso intercâmbio de livros, professores, programas de estudo e conhecimentos científicos.

O Congresso e o Pentágono sabotam o desarmamento: declarou o senador americano Fulbright, considerando que os círculos militares americanos constituem os principais obstáculos para «um acordo razoável e aceitável com a URSS, sobre a limitação das armas nucleares estratégicas».

Watergate continua a pôr em causa o sistema político americano: a inculpação de Nixon, esta semana, pelo Supremo Tribunal, como «cómplice nas tentativas para abafar o escândalo, agrava muito seriamente a posição do presidente «o sistema americano está em perigo» — declarou o procurador Jaworski, comentando a inculpação.

Os Estados Unidos continuam a ser o nosso guia — declarou o chanceler oeste-alemão ao concluir o seu encontro com o novo presidente da França, Confissão de satelitização que, aliás, se concretizou em várias das conclusões do encontro, designadamente sobre problemas de «defesa europeia», da conferência de segurança e sobre a chamada «concertação estratégica no seio das forças da NATO».

O Partido Comunista do Japão obteve um importante sucesso nas eleições para o Senado, tendo duplicado o número dos seus representantes. As outras forças de esquerda também registaram progressos.

República Democrática Alemã

A caminho da sociedade socialista desenvolvida

POR feliz coincidência, o nosso país acaba de estabelecer relações diplomáticas com a República Democrática Alemã, precisamente, no momento em que este Estado, até agora quase completamente desconhecido para o povo português, se prepara para assinalar um acontecimento da maior importância — o 25.º aniversário da sua fundação, ou seja, da criação do primeiro estado de operários e camponeses na história do povo alemão.

A barreira erguida pelo fascismo, no sentido de cortar toda e qualquer possibilidade de relações normais do nosso país com os países socialistas, não conseguiu impedir que o eco dos êxitos do

Solidários com os patriotas brasileiros, vítimas da repressão fascista

Através da «Voz Operária», órgão central do Partido Comunista Brasileiro, chegamos ao eco duma nova e brutal vaga repressiva lançada contra centenas de patriotas brasileiros.

«Nos dois últimos meses — noticia a «Voz Operária» — foram presos em vários pontos do país centenas de pessoas. Na capital de São Paulo o exército e a polícia prenderam dezenas de estudantes, de professores da USP e diversos intelectuais. Igualmente foram presos líderes sindicais, membros da «Pastoral Operária», assim como diversos trabalhadores. Dentro da onda de violência desencadeada pela ditadura, denunciámos a arbitrária prisão de David Capistrano, antigo parlamentar constituinte de Pernambuco; Luís Inácio Maranhão, ex-deputado e vice-presidente da Assembleia Legislativa de Rio Grande do Norte; o representante comercial Ivo Valença e Miguel Batista, ex-vereador da Câmara de Recife.

«Para salvar a vida destes patriotas — apela a «Voz Operária» — é necessário que o Governo recorra a protestos e manifestações de repúdio contra essas prisões e contra essa onda de violência». Que este apelo lançado pelos nossos camaradas brasileiros, que ao longo dos anos sempre souberam manifestar-se solidários com o Povo Português na sua dura luta, em contra-eco entre os comunistas, os trabalhadores, as massas populares do nosso país e se traduza em acções de solidariedade ao povo irmão do Brasil, vítima da repressão fascista.

socialismo chegassem até às massas trabalhadoras, até ao nosso povo. E os espantosos sucessos alcançados pela RDA, no primeiro quarto de século da sua existência, tornaram-se tema obrigatório sempre que o assunto em questão era «países socialistas». Falou-se, e falou-se muito, do «milagre» da RDA. Elogiou-se a sua maquinaria, famosa em todo o mundo, produzida duma indústria altamente desenvolvida. Vem à baila o nível de vida dos seus trabalhadores, as regalias sociais de que goza toda a população. Os troféus conquistados nos últimos anos pelos seus desportistas causam a admiração geral. Fala-se do trabalho persistente e frutuoso dos seus cientistas.

Nem pelo seu território (pouco mais de 108 000 km²), nem pela sua população (17 043 000 habitantes), nem pelas suas riquezas naturais, a RDA ocupa algum dos primeiros lugares na escala dos países europeus. Quanto ao seu desenvolvimento industrial, porém, a RDA encontra-se entre as 10 primeiras potências industriais do mundo. Milagre? Evidentemente que não.

Na sua justa política interna e externa, no trabalho de votação do seu povo, na utilização completa de todas as vantagens duma economia planificada, na cooperação estreita com os países socialistas irmãos e, em primeiro lugar com a União Soviética — está o segredo dos grandes passos percorridos pela RDA.

Somente no ano passado a produção industrial da RDA aumentou em 6,8 por cento e a renda nacional em 5,5 por cento. Nos últimos 2 anos a renda anual dos trabalhadores e empregados aumentou 8,9 por cento; foi aumentado o salário mínimo de 1 milhão e 700 mil trabalhadores e as reformas por velhice e invalidez aumentaram, em média, 47 por cento. Em 1973, o Estado destinou 1200 milhões de marcos ao aumento das re-

formas. O aumento do salário mínimo e o aumento das reformas no seu conjunto, contribuíram para elevar consideravelmente o nível de vida de um total de 4 milhões de pessoas. Nos últimos dois anos aumentou, também, a produção de bens de consumo, tendo as vendas a retalho, aumentado no mesmo período, em 10 por cento.

Neste momento, o povo da RDA está empenhado na realização do maior programa social de que há memória na história do país, programa esse aprovado no VIII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha. De acordo com esse programa, a construção de habitações, por exemplo, ocupa um dos primeiros lugares pela atenção que lhe é dedicada.

Nos últimos dois anos foram construídas e restauradas cerca de 230 mil casas. 60 por cento das casas construídas foram distribuídas a famílias operárias, o que é bem revelador da política do Estado socialista. Está previsto que o problema habitacional, um dos mais graves com que se debatia o país, fique completamente resolvido em 1990. No quinquénio em curso — 1971/1975 — será entregue à população meio milhão de casas. Ao mesmo tempo, as rendas das casas novas vêm baixando sensivelmente de preço.

De assinalar é também o crescente prestígio internacional de que goza a RDA, consequência directa da sua política externa de paz e de coexistência pacífica. As relações diplomáticas que mantém com mais de 90 Estados e a sua admisão, o ano passado, na ONU, são prova irrefutável desse prestígio.

Tornando realidade, ano após ano, dia após dia, os ideais por que lutaram Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Ernest Thälmann e tantos outros patriotas que sacrificaram a sua vida, o Estado alemão de operários e camponeses mostra o que é capaz de realizar um povo empenhado na construção socialista.

DISTRIBUIÇÃO DO «AVANTE!»

À ATENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS DO PCP

Solicita-se a todas as organizações do PCP que comuniquem regularmente ao «Avante!» — Serviço de Distribuição, até cada terça-feira, as quantidades de jornais que pretendem receber nessa semana.

«Avante!» — Rua António Sampaio, 26, 3.º, dt.º. — Telefone 76 64 45 — Lisboa - 1.

DAR NOVA ARRANCADA PARA PÔR FIM À GUERRA

FAZER sair o problema colonial do ponto morto em que tem vindo a cair — é uma das questões prioritárias que se levantam ao Governo Provisório, nesta fase de balanço político que deve acompanhar a remodelação ministerial.

É necessário que desse balanço resultem medidas concretas. Medidas capazes de dar um novo arranque à solução política do problema, capazes de pôr fim à guerra e a todos os odiosos aspectos que ela representa para o povo português.

Para isso — três condições fundamentais aparecem como necessárias.

Debate franco e responsável

Porque não foi ainda aberto esse debate?

Há problemas ligados à segurança militar que o dificultam — observa-se.

Pois bem: que se mantenha a necessária reserva nas questões que ponham realmente em causa a segurança militar. As forças democráticas (e a esmagadora maioria do povo português) demonstraram um alto sentido de responsabilidade. Sabendo discutir o problema colonial sem pôr em causa a vida dos soldados portugueses ainda estacionados em África. O silêncio, o adiamento da solução, isso, sim, é que custarão cada dia mais vidas humanas.

Feita esta reserva, importa que no debate seja plenamente assegurada a liberdade de opinião, que sobre o problema colonial seja divulgada uma informação verdadeira e tão completa quanto possível, que não sejam iludidos os aspectos fundamentais das suas várias incidências (políticas, económicas, humanas) sobre a vida do povo português.

É um facto que a forma

imprecisa e ambígua como foi redigido o regulamento da lei de Imprensa provisória faz recuar que possam ser feitas limitações que deformariam a realização do debate. Seria grave se tal acontecesse.

Sem o debate franco e responsável — não podem esclarecer-se posições, aprofundar-se soluções, definir-se vias, concretizar-se iniciativas. Sem esse debate — não pode afirmar-se abertamente a opinião do povo português, ao qual o Movimento das Forças Armadas reconheceu o direito de decidir sobre tão grave questão nacional.

Direito à independência

O reconhecimento desse direito não pode ser iludido, adiado, torneado. De tal modo se impôs que ganhou força de lei.

A experiência da descolonização mostra, porém, que, quando se chega a esta fase, proliferam sempre os interlocutores dóceis, que pretendem fazer o seu jogo nas margens do neocolonialismo. Também no caso do colonialismo português se está assistindo à proliferação de tais interlocutores, do tipo da GUMO e COREMO, em Moçambique, ou da UNITA, em Angola.

É evidente que negociações conduzidas com tais interlocutores — em nada adiantariam para uma solução política. Pelo contrário, só podem prejudicar, e gravemente, as verdadeiras negociações, que é necessário realizar, para a

conclusão de um acordo, com os legítimos representantes dos povos respectivos, aqueles que, de facto, conduzem a luta.

Muito mais graves, ainda, para a causa da paz, seriam estímulos e apoios a movimentos separatistas fantoches, manobrados por grandes monopólios internacionais, como é o caso da chamada «Frente de Libertação de Cabinda»...

Saneamento

Outro obstáculo, gravíssimo, que está dificultando a criação de condições para uma solução política — é o clima de ódio racista e violência fascista criado em Moçambique e Angola. Em Moçambique os activistas de organizações fascistas dispõem de armas, organizam atentados a tiro e a bomba contra democratas portugueses e patriotas moçambicanos, estão a organizar bandos de mercenários. Jorge Jardim, desafiando os mandatos de captura passados pelas autoridades portuguesas, declara que entrará em Moçambique sempre que queira, e foi visto na Beira no passado dia 22. Fides postos em liberdade espalharam brutalmente fotografias e jornalistas, quando estes faziam a reportagem da sua saída da prisão. Também em Angola, embora de forma menos espectacular, se passam acontecimentos idênticos, com interdição de manifestações políticas e intervenções policiais violentas.

A onda de violências fascistas atingiu, tal proporção, em Moçambique, que, segundo os jornais, as próprias Forças Armadas publicaram um comunicado advertindo os seus factores de que reprimirão vigorosamente tais actividades. A FRELIMO, pelo seu lado, fez uma declaração (3/7) «pondo em guarda a população europeia contra tentativas desesperadas de forças ultra-racistas interessadas em transformar a luta de libertação numa guerra entre brancos e pretos».

O saneamento político, iniciado em Portugal com o 25 de Abril, não tocou praticamente as autoridades portuguesas de Angola, Moçambique e das outras colónias. Ai, excepto no caso de algumas mudanças feitas no vértice, os servidores do aparelho colonial fascista mantêm-se quase todos nos seus postos. Poderá, por exemplo, chamar-se «saneamento» a recente nomeação para o cargo de secretário do Trabalho de Angola do dr. Afonso Mendes, que a recomendou, tem os «méritos» de ter sido o presidente do Instituto do Trabalho de 1964 a 1969 e o editor do ETA (Estatuto do Trabalhador de Angola) e,

ainda, de ser o autor de um relatório secreto sobre «o incógnito angolano» em que lhe chama «vermes» e mandaria para lhe estipular o salário de 17\$50 diários?

A manutenção de tais pessoas em altos cargos no aparelho da administração colonial portuguesa só dificulta a procura da paz e de uma solução política.

Agir depressa

Os acontecimentos aceleram-se.

Cada dia que passa torna-se a questão colonial mais complexa, na medida em que não se apresenta ainda uma perspectiva clara para a solução dos problemas. As repercussões de tal situação podem ser graves.

«Há momentos na história em que se impõem grandes decisões que decidem o sorte dos povos» — afirmou Álvaro Cunhal no comício do Campo Pequeno.

Portugal, no que respeita à questão colonial, vive um desses momentos.

Visita ao nosso País de uma delegação da Federação Mundial da Juventude Democrática

A convite da União dos Estudantes Comunistas esteve em Portugal, do dia 3 de Julho ao dia 6, uma delegação da Federação Mundial da Juventude Democrática, constituída por António Fernandez, membro do Comité Central da Juventude Comunista Chilena e vice-presidente da FMJD, Elianne Hulot, secretária nacional do Movimento da Juventude Comunista Francesa, Tosko Toskoff, do Komsovol da Bulgária e membro do Bureau da FMJD, e E. Hoffmann, membro da Direcção da Juventude Socialista Operária da República Federal da Alemanha.

Ao visitar Portugal, os membros da FMJD pretendiam informar-se no concreto das novas condições existentes no País, nomeadamente quanto à juventude portuguesa, a fim de discutir as formas de estreitar ainda mais os laços de cooperação com a UEC (única organiza-



Festival de Berlim: uma grande festa da juventude

ção portuguesa membro da FMJD), e estabelecer contactos com outras organizações democráticas de juventude. Ao mesmo tempo, procurou-se dar a conhecer aos jovens portugueses o que é a FMJD e qual o seu trabalho.

Neste sentido os camaradas da FMJD tiveram encontros de trabalho com o Partido Comunista Português, com a Intersindical, a Comissão Executiva do Movimento Democrático Português-CDE, o Movimento da Juventude Trabalhadora, a Comissão Central da União dos Estudantes Comunistas, e a Juventude Socialista. Todos estes encontros decorreram num ambiente de franca camaradagem e contribuíram para um melhor esclarecimento da situação em Portugal. Além destes encontros de trabalho, a delegação da FMJD visitou a cadeia de Caxias e participou num debate informal na sede do MJT no Barreiro, sobre trabalho da FMJD a nível mundial. A finalizar a sua visita realizou-se um convívio organizado pelo MJT e a UEC.

Podemos dizer que os objectivos da visita foram atingidos. Reforçaram-se os laços já existentes entre a Federação e a UEC, o que certamente aumentará ainda mais a solidariedade da juventude de todo o mundo para com a juventude portuguesa. Por outro lado, permitiu a auscultação de perto da situação política portuguesa.

A visita que a delegação da FMJD acabou de fazer foi um passo em frente no quebrar do isolamento em que a ditadura fascista sempre tentou manter a juventude portuguesa.

Mensagem

Entretanto, divulgamos a seguinte mensagem, emanada do Comité Executivo da Federação Mundial da Juventude Democrática:

Os participantes do Comité Executivo da FMJD reunido em Varsóvia, de 10 a 13 de Junho de 1974, reafirmam a todas as forças progressistas e democráticas do vosso País a sua solidariedade à luta pela reconstrução democrática de Portugal.

A luta que a juventude portuguesa travou ao longo de 48 anos, nas difíceis condições de clandestinidade e de repressão desumana, durante os regimes fascistas de Salazar e Caetano, num espírito unitário, reunindo na acção o conjunto das forças populares e da juventude progressista, democrática e antifascista, permitiu em convergência com o Movimento das Forças Armadas alcançar uma grande vitória sobre o mais antigo regime fascista e abrir o vosso País às perspectivas democráticas.

A vossa vitória, que entusiasma o conjunto da juventude revolucionária, progressista e democrática do mundo, teve também uma grande importância, na medida em que abriu o caminho para o fim da guerra colonial e para a solução política do problema das colónias portuguesas de Angola e Moçambique, em luta pela sua independência,

assim como para o término da ocupação do Estado Independente da Guiné-Bissau pelas tropas colonialistas portuguesas.

Acolhemos, como medida totalmente positiva, a formação de um Governo que inclua as principais forças populares democráticas e antifascistas, garantia da realização completa da democracia no vosso País, e acolhemos com satisfação a abertura de relações diplomáticas com a URSS e com outros países socialistas.

O movimento mundial progressista e democrático da juventude desempenha sempre um papel muito activo na ampla solidariedade internacional à luta contra o fascismo em Portugal. A mudança de regime no vosso País significa um duro golpe para o fascismo em qualquer parte do mundo.

Tal como o fez no passado para apoiar a vossa luta contra o fascismo e contra a repressão que se abatia sobre o vosso povo e a vossa juventude, a FMJD redobrará de esforços para apoiar a vossa luta contra todas as tentativas de regresso ao regime anterior ou de favorecer a reacção brutal das forças retrógradas, contra todos os vestígios do fascismo, e apela à juventude do mundo que exprima a sua solidariedade activa com a vossa luta pela reconstrução democrática e progresso social da vossa Pátria.

Os jovens de Portugal, o vosso povo, todas as forças democráticas do vosso País podem sempre contar com a solidariedade total e activa da FMJD, do vosso esforço histórico.

Relações diplomáticas com a Polónia

«Avante!» não pode deixar de saudar com viva alegria o estabelecimento de relações diplomáticas com outro país socialista — a Polónia.

A propósito, cabe, uma vez mais, relembrar, a posição do PCP quando do estabelecimento de relações com a URSS e expressa na sua nota de 10 de Junho:

«O estabelecimento e desenvolvimento de relações multiformes, na base do interesse mútuo e do respeito pelos princípios de coexistência pacífica, entre Portugal e os países socialistas, constituirão um factor inestimável para a consolidação da democracia e da independência de Portugal, para a solução de graves problemas económicos e de desenvolvimento, para acelerar o progresso técnico e cultural do nosso país. Ao mesmo tem-

Como os reaccionários montaram a «operação F A O J»

Uma centena de jovens praticantes do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, manipulados por personalidades da extrema-direita, ocupou a sede do antigo Secretariado da Juventude, das 18 horas de 4 de Julho até às 23 horas do dia seguinte. Os trabalhadores do FAOJ, dirigentes associativos e estudantes, através do diálogo permanente com os jovens ocupantes, conseguiram demonstrar-lhes a forma como estavam a ser transformados em «comité de apoio» a uma personalidade comprometida com o antigo regime, o prof. Vilar de Moreira. O diálogo mantido, por dezenas de estudantes, permitiu desmontar a manobra reaccionária, onde se distinguiram alguns campeões de judo, «karate» e de anticomunismo, com ameaças aos trabalhadores do FAOJ, representantes do Movimento da Juventude Trabalhadora e a dirigentes das associações de estudantes. Mais tarde, o mesmo grupo, debaixo da assinatura — «Os praticantes das actividades da FAOJ» —, tentou novamente deitar «poeira nos olhos» à maioria da juventude a quem interessa a verdadeira prática desportiva, atacando e lançando calúnias sobre a unidade antifascista levada à prática pelos estudantes e jovens trabalhadores.

Como se forma um comité de apoio a um reaccionário

A sucessão dos acontecimentos permitiu-nos ter uma ideia do tipo de manobras que a reacção pode desenvolver, quando quer sustentar a todo o custo a posição dos seus homens de confiança, nos lugares-chaves.

Um grupo de trabalhadores do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis subscreeu um comunicado, enviado ao secretário de Estado de Desportos e Acção Social Escolar, em que alertou contra a possibilidade de determinados dirigentes do ex-secretariado para a Juventude ocuparem lugares de responsabilidade no FAOJ.

Na reacção em escalada, manobrada e organizada por elementos afectos ao prof. Vilar Moreira, a «operação» surgiu após alguns acontecimentos, que denunciaram a manobra provocatória:

— Uma manifestação é levada a cabo por cerca de 100 jovens dos centros-pilotos de Lisboa, em Belém, no dia 3 de Julho, organizada por amigos da personalidade citada, e reivindicando a nomeação do prof. Vilar Moreira para o cargo de director da FAOJ, cargo que já ocupava no Secretariado para a Juventude.

— São lançados boatos de que a pretensão dos manifestantes teria sido acolhida positivamente, tendo o prof. Vilar Moreira sido já nomeado para o cargo em questão.

— Foi lançado o boato de que os funcionários entrariam em greve, caso não se desse o acolhimento positivo ao abaixo-assinado por parte do secretário de Estado. Simultaneamente, elementos afectos ao prof. Vilar Moreira, referem o abaixo-assinado como sendo obra de trabalhadores mal informados, manobrados por uma camarilha reaccionária.

— Os dois subdirectores em exercício perguntam a alguns trabalhadores a implicação destes no abaixo-assinado, informando-os que lhes poderão ser levantados processos disciplinares.

— O chefe da divisão cultural envia um telegrama ao Presidente da República apoiando o prof. Vilar Moreira.

A reacção dos trabalhadores

Perante o conjunto de manobras, que tinham em comum uma tentativa desesperada de marcar posição favorável ao dirigente do ex-Secretariado da Juventude, os funcionários iniciaram um processo de esclarecimento sobre as posições tomadas, denunciando as manobras de intimidação.

A comissão pró-sindical, num comunicado de 4 de Julho, lamentou e denunciou os boatos de greve, feitos de má fé, para originar nos mais mal informados, pressões e receios infundados.

No mesmo dia, 16 funcionários emitiram um esclarecimento sobre as posições tomadas, em que frisavam que «os promotores do abaixo-assinado não apoiam nem combatem qualquer candidatura em especial, pretendendo unicamente a nomeação de uma individualidade de reconhecida competência e dinamismo, não ligada ao ex-secretariado».

Os acontecimentos do dia 5 de Julho

Na tarde de 5 de Julho chegaram diversas camionetas de várias zonas do País com jovens de ambos os sexos, acompanhados por freiras e outros elementos responsáveis, que ao serem esclarecidos sobre os acontecimentos, retiraram estranhando as convocações que lhe tinham sido feitas para estarem no FAOJ, sem estabelecerem contactos com um grupo de jovens dos centros-pilotos de Lisboa, que desde o dia 4 de Julho à tarde, ocupava as instalações do FAOJ.

Uma estabilização de dirigentes estudantis e do Movimento da Juventude Trabalhadora, tentando negar-se a situações de conflito, a inclinação para a invasão do edifício e outras provocações esquerdistas, conseguiram manter diálogo até às 23.30 h. com os jovens ocupantes, tendo conseguido desmobilizar os mesmos jovens sem qualquer incidente.

Próximos comícios

HOJE:
Torres Vedras, 21 e 30, Clube Artístico e Comercial.
Aveiro, 21 e 30, Teatro Aveirense.

Braga (sessão escl.), 21 e 30.
Tires, 21 e 30, Clube Recreativo de Tires.

AMANHÃ:
Sobral de Monte Agraço, 21 e 30.

Schreire Curto, 22, Grupo Desportivo.
S. Manços, 21, Largo 25 de Abril.

Baleizal, 21 e 30.

DOMINGO:
Alcobaca (M. D. P.), 15.
Aires, 18, Casa do Povo.

Guardalupé, 10, Campo de Futebol.

Alcobaca, 15.

Valverde, 18, Campo de Futebol.

S. Sebastião da Giesteira, 10.

Montolito, 18, Rossio frente à Casa do Povo.

Serpa, 21 e 30.

DIA 18:
S. Tiago Maior, 21, Casa do Povo.

DIA 19:
Rossio ao Sul do Tejo (escl.), 21 e 30.

Laveiras, 21 e 30.

Médicos do Porto (escl.), 21 e 30.

Palmela, 21 e 30.

Última homenagem a dois camaradas

No passado dia 6, pelas 13 e 30, chegaram de Paris os restos mortais de Gabriel Pedro e de sua filha, ambos militantes do Partido Comunista.

Formou-se no aeroporto um cortejo de 15 carros que, no caminho para Almada se deteve em frente da sede do nosso Partido, para observar 1 minuto de silêncio.

Em Almada, na Praça da Renovação, a multidão aguardava.

O cortejo parou, dirigindo-se depois a pé para o antigo Largo Cavaleiro de Ferreira, hoje Largo Gabriel Pedro.

Dai ao cemitério, Gabriel Pedro e sua filha foram acompanhados por mais de 1 milhar de pessoas, entre as quais se encontravam delegações da Organização Regional de Setúbal e da Organização de Almada do Partido Comunista Português.

Associando-se também à última homenagem aos camaradas caídos, o Comité Central do Partido Comunista Português, na impossibilidade de se fazer representar, tinha enviado uma coroa de flores.

Auxílio ao «Avante!» dos portugueses em França

Nos passados dias 22 e 23 de Junho, realizou-se em Marselha a maior Festa Popular do Sul da França: a Festa do Jornal Comunista «La Marseillaise», que teve a participação de 100 mil pessoas.

Os portugueses residentes em França organizaram um grande «stand», que foi muito visitado, pelos franceses e portugueses, apesar da contrapropaganda do consul.

Numa parte do «stand» podia ver-se uma exposição fotográfica sobre o 1.º de Maio em Portugal, bem como, cartazes e um pequeno folheto, em francês, explicando o significado do Movimento das Forças Armadas e com declarações do Movimento Democrático e do Partido Comunista Português. Esse folheto, elaborado

pelos portugueses de Marselha, foi posto à venda pela primeira vez. Um dos grandes sucessos da Festa, foi a grande venda de cravos vermelhos e de objectos de artesanato do nosso país. Funcionou regularmente um Restaurante-Bar Português onde eram servidas as tradicionais sardinhas assadas. Também foi projectado várias vezes o filme «PORTUGAL — 25 DE ABRIL». As sessões de cinema eram acompanhadas de um debate com um público em que participava um camarada do PCP.

A receita do Stand Português foi bastante elevada, revertendo a favor do «Avante!». Esta receita será entregue hoje ao Centro de Trabalho do PCP em Lisboa, por uma delegação de camaradas que se deslocou a Portugal.

entre os dois partidos, na luta pela consolidação das liberdades, pelo fim da guerra colonial, pela instauração de um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

O AUMENTO DO FUNCIONALISMO E O PREÇO DO PÃO

1. O Partido Comunista Português pronuncia-se contra uma política económica e social que está fazendo pagar exclusivamente às massas trabalhadoras e às classes médias o peso das graves dificuldades económicas que o País atravessa.

2. Ao longo dos dois meses e meio decorridos desde 25 de Abril, o PCP tem feito um incessante esforço, dentro e fora do Governo, para, por um lado, conseguir o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e, por outro lado, impedir o agravamento dos conflitos sociais, esclarecer acerca de reivindicações irrealistas, evitar a paralisação e a desorganização de centros e serviços fundamentais. O PCP tem, pela sua política e a sua actividade, redobrado a autoridade para chamar seriamente a atenção para algumas graves medidas tomadas ou projectadas.

3. O critério adoptado nos aumentos dos vencimentos do funcionalismo causa justa indignação dos trabalhadores. Na situação actual, não se pode aceitar que os aumentos das categorias superiores seja, em valor absoluto, mais do dobro dos modestos aumentos das categorias mais mal pagas. É imperioso anular estas injustiças mediantes.

4. O PCP pronuncia-se também firmemente contra o aumento do preço do pão, que está a ser considerado. Tudo quanto excede 50% será inadmissível. O aumento que parece estar projectado provocaria um sério agravamento da situação económica de amplas massas populares e, certamente, vivas e justas reacções. É indispensável reconsiderar com urgência este problema, a fim de evitar um erro de repercussões graves.

5. Ao mesmo tempo que são exigidos pesados sacrifícios dos

trabalhadores, o grande capital continua a agravar deliberada e impunemente a situação económica do País. A cessação de créditos, a imobilização de capitais disponíveis, a fuga de capitais, a anulação de encomendas, os cortes de fornecimentos têm de ser considerados como actos visando sabotar a economia nacional, criar a desorganização e o caos económico, fomentar um clima de insegurança e de pânico, que abriria caminho à contra-revolução.

Não deve ser admitida de forma alguma a utilização, pelo grande capital, de armas económicas contra o curso democrático da política actual. O PCP defende a necessidade de urgentes e severas medidas contra tais actividades.

8 de Julho de 1974.

A Comissão Política do Comité Central

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. A construção de uma ordem democrática está sendo gravemente prejudicada pela continuação em cargos de grande responsabilidade de elementos fascistas e reaccionários.

Desde 25 de Abril foram levadas a cabo importantes medidas de saneamento. Mas não só o saneamento continua por fazer em numerosos sectores, não só foi muito incompleto noutros, como, em alguns casos, fascistas e reaccionários estão recuperando posições.

Estes factos representam sérios perigos para a democratização da vida política portuguesa, cujo prosseguimento torna indispensável, em funções de responsabilidade, estejam pessoas sinceramente interessadas na realização do Programa do Movimento das Forças Armadas, na instauração em Portugal de um regime democrático.

2. O PCP verifica com inquietação que têm sido feitas pelo Estado nomeações para altos cargos (em departamentos governamentais, no funcionalismo, no aparelho diplomático, na administração colonial, nas autarquias locais, nos órgãos económicos) de pessoas altamente comprometidas com o regime fascista e que não deram até hoje qual-

quer prova da sua disposição em servir o novo curso democrático da política portuguesa.

O PCP desaprova firmemente a nomeação do ministro do governo de M. Caetano, Veiga Simão, do cargo de representante de Portugal na ONU. Esta nomeação desacreditaria internacionalmente o novo regime português e dificultaria a realização duma nova diplomacia em que tem de estar sempre presente a questão colonial e o firme propósito de desenvolver relações de amizade com todos os povos do mundo.

3. Os atrasos e retrocessos no saneamento e nomeações para altos cargos de elementos fascistas e reaccionários inserem-se num momento político que apresenta perigos reais.

Avolumam-se tendências e projectos para entravar e anular o processo de democratização, para reduzir rigorosamente as liberdades essenciais, mesmo para substituir o actual sistema do Governo baseado numa ampla coligação de forças políticas, democráticas e liberais por um sistema baseado em sectores de direita e numa política de força.

Apelando para uma acrescida vigilância das forças democráticas e das massas populares contra quaisquer manobras da reacção, o PCP chama a atenção para a grande necessidade, neste preciso momento político, de evitar uma agudização de conflitos sociais em sectores-chave da vida económica, social e política nacional, por poderem dar rios trunfos a uma ofensiva da reacção.

Advertindo para os perigos da actual situação, o PCP sublinha a sua confiança em que a democratização prosseguirá, assegurada pela aliança entre as gloriosas Forças Armadas, fiéis ao ideal libertador do 25 de Abril, e o grandioso movimento popular e democrático.

O povo português mostrou já, mostra cada dia a sua firme disposição de defender as liberdades e de lutar pela construção de um Portugal democrático, pacífico e independente.

Este objectivo será alcançado.

7 de Julho de 1974.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Mesa-redonda com escritores

OS INTELECTUAIS, A CULTURA E O POVO

O período da nossa história iniciado em 25 de Abril veio abrir novas perspectivas em todos os campos da vida nacional. Perspectivas de democratização, de progresso, de desenvolvimento, de paz. Um dos sectores mais duramente afectados pela ditadura fascista foi o da cultura. Ao mesmo tempo que se exerciam sobre os intelectuais antifascistas toda a espécie de perseguições, fazia-se da escola um privilégio de minorias e impedia-se o acesso à cultura das grandes massas populares.

Com o derrubamento da ditadura, com o progressivo alargamento e aprofundamento das liberdades democráticas, novas tarefas e novas responsabilidades incumbem a todos os intelectuais progressistas e verdadeiramente amantes do povo. Foi com o intuito de abordar alguns problemas relacionados com estas tarefas que reunimos na redacção do «Avante!» três camaradas escritores: Alberto Ferreira, José Saramago e Eduardo Prado Coelho.

Da mesa-redonda efectuada damos a seguir a transcrição. O assunto não ficou esgotado: trata-se de um primeiro contributo à discussão de temas vitais para o País e em que nós, comunistas, estamos vivamente interessados.

«Avante!» — No momento histórico que vivemos, que perspectivas novas se abrem ao desenvolvimento da cultura e à actividade dos intelectuais?

J. Saramago — Em vez de dizer que perspectivas se abrem à cultura, eu diria antes que, finalmente, se abrem perspectivas. Sabe-se o grau de incultura deliberada em que durante todos estes anos o nosso povo foi mantido, numa situação que poderemos caracterizar de zero cultural. Surgem agora condições de liberdade, de liberdade de criação, de diálogo, de intervenção, de reunião de associação, favoráveis ao desenvolvimento da cultura.

No que se refere à actividade dos intelectuais, julgo que se deve desde já ponderar que tal actividade não é uma coisa em si, independente do resto. Vejamos o caso do escritor, por exemplo. Se entendemos que a sua actividade é escrever, temos de considerar que após a fase da escrita há uma outra tarefa a realizar, que não compete ao escritor e que consiste em levar ao conhecimento popular. E da divulgação da obra que depende a utilidade final da actividade dos intelectuais. O aparecimento das condições favoráveis à criação não chega — é preciso que também surjam as que permitam divulgar nas mais amplas camadas essa criação. E, no fundo, todo o problema das casas editoriais, da distribuição, dos preços, do lucro, do papel, etc. Neste campo, é preciso fazer tudo de novo em bases diferentes das anteriores, que eram capitalistas, e ainda por cima de um capitalismo desorganizado.

A. Ferreira — No desenvolvimento das ideias do camarada Saramago, parece-me útil nesta altura chamar a atenção para um determinado período da nossa história, cujo início se situa nas vésperas da última guerra mundial. É o período em que surge e se desenvolve o movimento neo-realista, bem conhecido de muitos estudiosos e mesmo de algumas camadas populares mais evoluídas, nomeadamente a vanguarda do

proletariado. Foi uma tentativa muito clara no sentido de os intelectuais criarem uma cultura bastante diferenciada da cultura burguesa. Depois, com o início da guerra fria e os tempos que se seguiram, e que culminaram na década de 60, nomeadamente em 1963, com a prisão de muitos escritores e intelectuais progressistas, o agravamento da repressão a todos os níveis privou-nos da possibilidade de prosseguirmos o desenvolvimento das linhas de força do neo-realismo, na esteira de homens como Soeiro Pereira Gomes, Bento de Jesus Caraça e Alves Redol. Daí para cá, a criação de estruturas repressivas, umas de carácter ideológico, outras de carácter económico, para não falar da repressão propriamente dita do aparelho de Estado, afectaram gravemente a actividade dos intelectuais progressistas, incluindo os do Partido, que continuaram a ser obrigados a tarefas desgastadas e afastadas da sua vida cultural e dos seus interesses intelectuais.

Com as novas condições criadas, designadamente a conquista de liberdades essenciais — de reunião, de associação, de expressão —, tornam-se possível um retorno e uma adaptação do programa neo-realista, isto é, o fornecimento de um contributo para uma cultura que tenha em conta os valores essenciais criados pelo povo. Desaparecidos o grande isolamento a que fomos submetidos, a repressão das condições materiais de existência, o divórcio entre o escritor e o público, conseguido através dos meios de repressão e censura — tudo está preparado para que tal cultura seja, finalmente, possível.

E. P. Coelho — Gostaria, a este propósito, de acrescentar o seguinte: o neo-realismo foi um movimento de extrema importância, mas foi um movimento de resistência, uma cultura de resistência, que se manifestou através de posições morais, por vezes notáveis, de dizer não a ditadura e ao fascismo. Um dos grandes problemas que hoje se põe é transformar este tipo de movimento num movimento cul-

tural em parte afirmativo e em parte vigilante, que substitua as posições morais por um sim crítico e, repito, vigilante, e em que as consequências políticas devam ser muito ponderadas. Penso que este problema, esta transformação, é hoje motivo de reflexão para os escritores neo-realistas. Trata-se de uma questão que levanta dificulda-

de para o seu povo. É preciso estar lá onde se vive, onde as coisas se passam, para podermos escrever sobre a realidade, reflectindo-a, participando nela.

A. Ferreira — Quanto às medidas a tomar dentro de uma nova perspectiva da vida cultural portuguesa, que permite a alteração das relações entre os intelectuais e as massas, a criação de uma cultura que ultrapasse de longe os valores tradicionais — tudo isso não pode ser feito sem uma revolução, sem profundas transformações de estrutura, as quais têm de ser pensadas não apenas ao nível dos escritores mas ao nível do próprio Estado. Mas é evidente que nós não tivemos uma revolução; estamos na conquista da democratização da vida portuguesa, em que os escritores progressistas também estão empenhados. Há pois que colocar tarefas a longo e a curto ou médio prazo. Quanto a estas últimas que são as que para já nos devem

encontro alargado de escritores, um encontro unitário, com comunistas e não comunistas. Será um primeiro passo para sair da desastrosa situação actual.

E. P. Coelho — Estamos num período de grande transformação e a missão do escritor será precisamente apreender aquilo que no essencial se está a transformar. Isto, no fundo, é uma tarefa política: antecipar o futuro. Mas o escritor não pode aproximar-se da vida política, do combate político quotidiano apenas no sentido de ir «recolher material», tem de procurar essa experiência para transformar a sua consciência pessoal e transformar ainda essa forma de consciência colectiva que é a linguagem que todos nós utilizamos, quando falamos, pensamos ou escrevemos. E é aí que o escritor poderá encontrar muito do que constituirá o mais importante da sua obra futura.

Quanto ao intelectual e à

síveis numa sociedade socialista. O estatuto do escritor, tal como tem sido entendido nas sociedades burguesas, é um estatuto quase diria de ornamento, um ornamento que é ou não usado conforme a moda, consoante certas necessidades ocasionais que a sociedade burguesa sente. Ora, o papel que o escritor tem de desempenhar como intelectual, como homem, como cidadão, já não pode ser entendido deste modo um pouco de relação entre senhor e bobo, mas sim numa perspectiva total em que o escritor é ao mesmo tempo, inseparavelmente, o escritor e o cidadão. Esta não separação entre duas faces de um mesmo lado, só uma sociedade socialista pode proporcionar.

O problema que se põe é o seguinte: não vivendo nós numa sociedade socialista, como é que, nesta fase de conquista de uma democratização do País, o escritor progressista deve inserir-se na vi-

discutam e proponham modos práticos de actuação.

A verdade é que nós estamos perante duas ordens de problemas: as necessidades e os direitos culturais do povo, e, por muito estranho que isso possa parecer, as próprias necessidades e direitos culturais dos escritores. Não me parece que umas e outras se satisfaçam enquanto não se realizar um trabalho de integração de uma classe a dos escritores no povo de que ela afinal faz parte.

A. Ferreira — A realização de uma reunião de escritores, destinada à definição da nossa situação concreta e de objectivos a longo prazo que permitam ir ao encontro da satisfação das necessidades básicas de conquista cultural do nosso povo e do próprio escritor, é uma tarefa que exige um tempo de preparação suficiente, e que me parece que deveria ser promovida e orientada pelo Movimento Democrático Português. Isto é uma proposta muito concreta que me parece viria facilitar a organização, e também a participação da vanguarda dos trabalhadores mais interessados nestes problemas.

E por outro lado evidente que nós, portugueses, nesta altura, só aparentemente consideraremos como o direitos políticos prioritários os direitos sociais e económicos, porque é evidente que os direitos políticos são contituídos por uma série deles que, adequadamente condicionados e entre si ligados, são de tal sorte que de nenhum modo podemos desligar aquilo que imediatamente se pode designar por uma reivindicação de carácter económico de uma reivindicação cultural. O direito cultural pode ser definido, em termos muito simples: trata-se daquele direito através do qual o indivíduo atinge a dignidade da pessoa, e a possibilidade do desenvolvimento de todas as suas capacidades, capacidades virtuais e autênticas que pertencem à constituição do seu temperamento e do seu carácter. Esses direitos devem ser satisfeitos pelas instituições de cultura. Sabemos perfeitamente que a nossa escola não está apetrechada nem para garantir esses direitos nem para lhes dar a necessária dimensão. Mais, e derivando um pouco, estou convencido que a universidade portuguesa só poderá cumprir a sua missão, se forem tomadas medidas mediante as quais as classes trabalhadoras possam entrar em massa

na própria universidade assim como nos outros esca- lões do ensino, de modo que a sociedade possa rapidamente assumir consciência dos seus direitos culturais, e o escritor, nessa altura, naturalmente, é chamado pela própria dinâmica cultural a intervir em diversas fases do processo, de tal modo que o Estado não terá de tomar medidas particulares para que o escritor possa entrar em contacto com o povo, pois o carácter dessa sociedade é tal que o escritor e o povo participam largamente numa verdadeira revolução cultural, chamemo-nos assim.

Só ainda mais uma coisa, esta particularmente dirigida aos trabalhadores: não existe uma república das letras. Os problemas de classe põem-se tanto em relação aos trabalhadores, aos operários como em relação aos escritores, aos trabalhadores intelectuais. A luta de classes processa-se tanto ao nível dos trabalhadores, nas fábricas nos campos etc., como também em instituições onde os escritores têm de intervir, nomeadamente as universidades, os jornais, mesmo através das suas obras. Portanto eu penso que os escritores comunistas e particularmente o «Avante!» podem dar uma grande ajuda, devem contribuir para o esclarecimento e clarificação destes problemas — que podem não ter ficado suficientemente elucidados aqui, ainda que algumas perspectivas se tenham aberto para a realização de novas conversas deste tipo.

E. P. Coelho — Não há dúvida que o principal problema do trabalho de divulgação cultural é um problema de escola de organização da escola, e o escritor não pode pensar que o trabalho lhe cabe só a ele, esquecendo que é a escola que deve fundamentalmente, e organizadamente, contribuir para essa relação entre a cultura e o povo. E a escola deve fazê-lo não pensando que o acesso à cultura consiste em o povo tomar contacto com a cultura feita, mas sim em fazer cultura, participar na criação cultural, isto é, não apenas ler escritores, mas ganhar capacidade, gosto, prazer de escrever — isso que na escola primária muitas vezes se tenta mas depois, através de todo um processo de ensino, se vai progressivamente esquecendo. E a cultura começa precisamente quando na escola se descobre que escrever pode ser uma forma de realização.



Alberto Ferreira, Eduardo Prado Coelho, o nosso redactor e José Saramago

des, mas que simultaneamente entusiasma, pondo em causa a nossa capacidade de resposta.

Outro ponto que gostaria de acrescentar é o seguinte: não que temos dito até aqui, o escritor e o intelectual surgem identificados. Parece-me que vale a pena distinguir o escritor, o criador, aquele que participa escrevendo, do intelectual, que é o que tem por função fornecer instrumentos que nos permitam pensar. Ora, numa altura que todos os dias, em casa, na escola, nos locais de trabalho, nas conversas entre amigos, todos nós temos de tomar posições, saber votar, saber escolher, saber responder, é indispensável adquirirmos armas intelectuais, instrumentos mentais. Tendo em conta este sentido do termo intelectual, é ainda preciso considerar que qualquer militante de um partido, na medida em que todos os dias calcula as consequências e a responsabilidade do que faz, pondera a estratégia e a táctica, é, neste aspecto, um intelectual. Em relação a este tipo de intelectuais, os outros intelectuais, os tradicionais, não têm qualquer espécie de privilégio. Trata-se, no plano da luta política e social, no plano da luta económica, no plano da luta ideológica, de fazer as coisas de modo a que todos participem, uns e outros, criando relações, articulações e paralelismos entre esses vários planos da luta de classes. Claro que, para nós, isso é difícil, mas é também extremamente aliciente: participar numa cultura que é também uma luta quotidiana e uma forma de intervenção política.

«Avante!» — Falámos nas novas possibilidades abertas ao desenvolvimento da cultura e à intervenção activa dos intelectuais. Caberia agora referir alguns meios concretos de realizar essas novas possibilidades, levá-las à prática.

J. Saramago — Vamos a uma comparação. Ponhamos o caso do médico e do doente, das suas relações. Nada se modificaria nestas relações se não forem alteradas as estruturas hospitalares. No que se refere aos intelectuais e à cultura, a situação parece-me de algum modo semelhante. Por exemplo, os escritores não podem passivamente ficar à espera que o momento histórico constantemente renovado que hoje vivemos tenha reflexos sobre eles, se não procurarem sair da situação de isolamento a que foram levados, ou seja, se não procurarem quebrar as antigas relações com os leitores. É urgente que os escritores, como cidadãos, mergulhem as suas raízes entre os outros cidadãos. Todos precisamos de seguir este caminho. Só depois de conhecer o seu povo, o escritor estará em condições de escrever e traba-

lhar para o seu povo. É preciso estar lá onde se vive, onde as coisas se passam, para podermos escrever sobre a realidade, reflectindo-a, participando nela.

interessar, sinto que seria útil retomar uma experiência anterior: a participação dos escritores e intelectuais em geral junto das massas trabalhadoras, operárias e rurais, prosseguindo, agora de uma forma organizada, todo um trabalho (sob o fascismo várias vezes interrompido e várias vezes reatado) que consiste em levar junto do povo os conhecimentos que cada um de nós adquiriu através do estudo, da reflexão e da experiência vivida. E a ida às sociedades de recreio, às casas do povo, etc. que permite o incremento dos contactos, que urge activar, entre os criadores intelectuais e as massas populares.

No que se refere ao longo prazo, há toda uma transformação estrutural a fazer de modo que o escritor não seja mais um mendiço, um pária, incapaz de como escritor subsistir materialmente. Só essa transformação — aliás prevista no Programa do nosso Partido — permitirá o encontro definitivo dos intelectuais com o povo e o cumprimento, por parte daqueles, da função social que lhes compete. Quais as medidas a tomar pelo Estado? Eis uma pergunta a que neste momento não me encontro habilitado a responder. Mas algumas respostas, mesmo que parciais, poderiam desde já ser ensaiadas através dos resultados de um

sua missão, é imprescindível que ele ajude a definir uma posição marxista nos diversos níveis e sectores da realidade em que uma posição marxista se tem de definir, nomeadamente nos mais directamente ligados às actividades profissionais de cada um. Além deste elaborar de posições marxistas, que ajude cada um de nós a escolher uma determinada forma de actuação, trata-se ainda de encontrar fórmulas, tanto quanto possível institucionais, de socializar o conhecimento, de o alargar na linha do que disse o Alberto Ferreira, retomando inclusivamente experiências como a Universidade Popular, experiências que permitam comunicar coisas que nós pensamos, lemos, trabalhamos durante muito tempo apenas privadamente.

«Avante!» — Sobre tudo isto muito mais haveria a dizer. Mas trata-se hoje apenas de um início de diálogo, de um primeiro debate a que outros se seguirão. Portanto, em vez de alargarmos o âmbito da nossa conversa, eu pedir-vos-ia apenas que, ao que foi dito, acrescentassem o que vos pareça conveniente.

J. Saramago — Eu gostaria de acentuar que todas estas transformações estruturais que temos vindo a aflo- rar, no que se refere às ligações entre os escritores e o povo, só serão integralmente pos-

da nacional? Impõe-se arranjar respostas válidas a esta questão. E por isso que estou inteiramente de acordo com a sugestão lançada pelo Alberto de realizar um encontro de escritores, um encontro devidamente organizado, que não dure duas ou três horas, mas sim dois ou três dias e em que os escritores

SEMANA DO CINEMA SOVIÉTICO

Decorre no cinema estúdio Apolo 70 uma semana de cinema soviético organizada pela Liga para o Intercâmbio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas e que termina este domingo, dia 14 de Julho.

Do programa da semana constam seis longas metragens realizadas entre 1926 e 1966: «A Mãe», de Vsevolod Pudovkin (1926); «O Deputado do Báltico», de Aleksandre Zarkhi e Yossif Kheifetz (1937); «O Arco-Íris», de Marc Donskoi (1944); «Novelas sobre Lenine», de Serguei Youtkevitch (1958); «O Coração de Uma Mãe», de Marc Donskoi (1965); e «Lenine na Polónia», de Serguei Youtkevitch (1966).

Resumiremos em breves linhas o interesse de cada um destes filmes. «A Mãe» foi dos primeiros filmes soviéticos, ao lado de «O

Coração de Potemkin», a revelar ao mundo uma nova concepção da arte incrustada na realidade do primeiro país onde a classe operária aliada aos camponeses e outras camadas sociais derrotou definitivamente a burguesia. Sendo uma adaptação do romance de Máximo Gorki, o filme não se limita a ilustrar com imagens cinematográficas a história da tomada de consciência de uma mãe na alvorada do socialismo, mas, reforçando os pontos fortes do romance, reestrutura o segundo as necessidades da especificidade cinematográfica. «O Deputado do Báltico» revelou o actor Nicolai Tchekarssov, discípulo do dramaturgo Stanislavski, que, interpretando de uma forma clássica o papel de um professor de 75 anos, é uma verdadeira força da natureza, mais tarde evidenciada nos papéis de «Príncipe Nevsky» e de «Ivan», personagens dos dois últimos filmes de Eisenstein. «O Arco-Íris», de Marc Donskoi, realizado durante a segunda guerra mundial, recorda-nos as atrocidades nazis e a resistência do povo soviético ao fascismo; do mesmo Marc Donskoi, o «mais» gorkiano dos cineastas soviéticos, estará presente na semana o seu último filme, sobre a juventude de Lenine: «O Coração de Uma Mãe». De Youtkevitch, cineasta responsável pela divulgação das obras completas de Eisenstein e director do Centro de Estudos Eisenstein de Moscovo, estarão presentes em Lisboa dois dos seus mais importantes filmes: «Novelas sobre Lenine» e «Lenine na Polónia»; o primeiro aborda dois momentos da vida de Lenine, em 1917, ainda na clandestinidade, e em 1923, durante a sua doença, e, no segundo, trata-se de um estudo original sobre a subjectividade de Lenine, sobre o seu processo de pensamento na prisão.



Uma cena de «Novelas sobre Lenine», de Youtkevitch

Liga para o intercâmbio com os povos socialistas

No passado dia 8, reuniu-se a Comissão Nacional da LIGA PARA O INTERCÂMBIO CULTURAL, SOCIAL E CIENTÍFICO COM OS POVOS SOCIALISTAS, a funcionar como Assembleia Geral que aprovou os Estatutos da Associação PORTUGAL-URSS e elegu uma Comissão Provisória que, até à eleição dos Corpos Gerentes da LIGA e da Associação, dirigirá aqueles dois organismos.

A Comissão ficou assim constituída: Professor Henrique de Barros (Presidente), Professor Jacinto Prado Coelho, Fernando Lopes Graça, Fernando Namora, Alexandre Babo, Alberto Ferreira, Carlos Aboim Inglês, António Duarte, Alexandre Cabral, Maria Manuela Brás de Almeida, Luísa Basto, Maria Velho da Costa, José Palla e Carmo, Maria José Marinho e Fátima Caravana Prado Coelho.

No seguimento de contactos já existentes com a União das Associações para Amizade, com sede em Moscovo, a Comissão comunicou para aquela entidade a constituição e aprovação dos Estatutos, propondo o imediato estabelecimento de contactos para o início de um intercâmbio frutífero.

Aquela Comissão dirigirá-se em breve às entidades competentes para que, dado o interesse nacional da sua actuação, lhe seja dada uma sede condigna.

A Comissão pode também, desde já, comunicar que, du-

rante o mês de Setembro trará a Portugal o Coro da Marinha Soviética e que o seu primeiro espectáculo será de homenagem ao Movimento das Forças Armadas.

Luís Carlos Prestes saúda o PCP em nome dos comunistas brasileiros

Assinada por Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, e em nome do CC do Partido, foi dirigida ao CC do PCP e ao camarada Álvaro Cunhal uma calorosa mensagem.

Nessa mensagem, os comunistas brasileiros, interpretando os sentimentos da classe operária e das demais forças progressistas do Brasil, saudam o derrubamento da ditadura fascista em Portugal, que classificam de acontecimento histórico. Reafirmando a sua inteira solidariedade à luta do povo português, diz essa mensagem do Partido Comunista Brasileiro: «Podéis estar certos, queridos camaradas, de que não pouparemos esforços no sentido de continuar desenvolvendo em nosso país um movimento de solidariedade ao povo português e de apoio à luta ainda difícil em que está empenhado o vosso Partido pela completa liquidação do fascismo, pela liberdade, pela unidade do povo e pela independência de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau».

Ler e divulgar o «Avante!» é ajudar o Partido